



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (PPGE)**

**“NEM-NEM” NEM TANTO: O TRABALHO DE CUIDADO INVISIBILIZADO DAS
MENINAS BRASILEIRAS**

KARINA COSTA

Foz do Iguaçu - Brasil
2026

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (PPGE)**

**“NEM-NEM” NEM TANTO: O TRABALHO DE CUIDADO INVISIBILIZADO DAS
MENINAS BRASILEIRAS**

KARINA COSTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientadora: Dra. Marcela Nogueira Ferrario

Foz do Iguaçu – Brasil

2026

KARINA COSTA

**“NEM-NEM” NEM TANTO: O TRABALHO DE CUIDADO INVISIBILIZADO DAS
MENINAS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dra. Marcela Nogueira Ferrario
UNILA

Profa. Dra. Jacqueline Aslan Souen
UNILA

Profa. Dra. Marina Silva da Cunha
UEM

Foz do Iguaçu, 09 de março de 2026.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

C837

Costa, Karina.

“Nem-nem” nem tanto: o trabalho de cuidado invisibilizado das meninas brasileiras / Karina Costa. - Foz do Iguaçu, 2026.

74 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Economia. Foz do Iguaçu-PR, 2026.

Orientadora: Marcela Nogueira Ferrario.

1. Economia do cuidado. 2. Condição NEET 3. Trabalho reprodutivo. 4. Desigualdade de gênero. 5. Mercado de trabalho. I. Ferrario, Marcela Nogueira. II. Título.

CDU 331.5-055.2

A pesquisa dessa dissertação é dedicada às
mulheres brasileiras, em especial àquelas
que, em silêncio, cozinham o arroz e o feijão
que sustentam este país.

AGRADECIMENTOS

O percurso do mestrado em Economia pela UNILA foi mais engrandecedor em aprendizado e experiências que eu sequer imaginaria conceber.

Sou grata à Profa. Marcela Nogueira, primeiro por ser uma professora e orientadora paciente, gentil nos momentos necessários e firme nos momentos essenciais. Agradeço a incansável prontidão em me auxiliar no que fosse preciso. E depois por me apoiar nessa ideia de pesquisa, bem como me auxiliar com epifanias e sugestões importantíssimas.

Agradeço ao Instituto de pesquisa em Economia da Universidad de la República em Montevideo, no Uruguay, pelo tempo de mobilidade acadêmica no grupo de gênero, economia e políticas públicas. Lá pude sentir e absorver a atmosfera de um ambiente sério que leva o trabalho da pesquisa mais sério ainda.

Agradeço à grandiosa Profa. Alma Espino, por dedicar um tempo da sua corrida agenda para conversar sobre minha pesquisa e me ajudar a captar bons lampejos sobre o desenvolvimento dela.

À Profa. Corina Rodriguez Enríquez, que numa viagem de estudos em Economia Política à Buenos Aires, na Argentina, tive a oportunidade de presenciar sua aula de Economia Feminista, que antecedeu ao nosso encontro no Sheikob's Bagels, em plena Palermo, onde participamos vividamente da estreia de um livro.

Também agradeço à Profa. Brena Fernandez, que mesmo à distância, fez parte e diferença da minha jornada em formar-me mestre. Obrigada por acreditar em mim e não medir esforços em me auxiliar nas oportunidades que eu poderia aproveitar.

Por fim, agradeço ao Ministério da Educação, pelo indispensável financiamento da pesquisa através da bolsa CAPES. Firmo aqui a importância do investimento nacional em pesquisa em absolutamente todas as áreas do conhecimento.

*Nada está perdido se se tem coragem de proclamar
que tudo está perdido e é preciso começar de novo.
(Júlio Cortázar, *Rayuela*, 1963)*

RESUMO

Esta dissertação investiga os determinantes da condição de jovens nem-nem inativos no Brasil, com foco nas jovens de 15 a 29 anos cuja inatividade está associada à realização de afazeres domésticos e tarefas de cuidado. Parte-se da hipótese de que a permanência feminina fora da escola e do mercado de trabalho não se explica apenas por fatores conjunturais do mercado educacional e laboral, mas decorre de mecanismos estruturais da divisão sexual do trabalho e da organização social do cuidado. Ancorado na teoria da Economia do Cuidado, o estudo revisita a categoria de inatividade ao ressaltar que parcela significativa dessas jovens desempenha trabalho reprodutivo invisibilizado nas estatísticas econômicas. Utilizam-se microdados da PNAD Contínua no período de 2017 a 2024 organizados em dados empilhados, aplicando-se modelos logit para estimar a probabilidade condicional de o indivíduo estar na condição de nem-nem inativo, com especificações que incorporam variáveis demográficas, socioeconômicas, territoriais e indicadores de dedicação a atividades de cuidado, bem como termos de interação por sexo e arranjos familiares para captar heterogeneidades de gênero. No geral, os resultados apontam uma concentração feminina entre os nem-nem inativos, especialmente entre jovens de baixa renda e não brancas. As estimativas logit revelam que o tempo dispendido em trabalho reprodutivo aumenta significativamente a probabilidade de inatividade escolar e laboral feminina, mesmo após controle de covariáveis sociodemográficas.

Palavras-chave: Economia do Cuidado. Jovens nem-nem inativos. Trabalho reprodutivo. Modelo logit.

ABSTRACT

This dissertation investigates the determinants of the NEET (Not in Employment, Education or Training) inactive condition among young people in Brazil, with particular attention to women aged 15 to 29 whose inactivity is associated with the performance of unpaid domestic and care work. The study is guided by the hypothesis that the persistence of young women outside both the education system and the labor market cannot be explained solely by cyclical dynamics of labor demand or educational opportunities, but rather reflects structural mechanisms related to the sexual division of labor and the social organization of care. Grounded in the theoretical framework of the Care Economy, the analysis revisits the category of inactivity by highlighting that a substantial share of these young women perform reproductive labor that remains largely invisible in conventional economic statistics. The empirical strategy employs microdata from the Brazilian Continuous National Household Sample Survey (PNAD Contínua) for the period 2017–2024, organized as pooled cross-sections. Binary logit models are estimated to assess the conditional probability of an individual being classified as an inactive NEET, incorporating demographic, socioeconomic, and territorial characteristics, as well as indicators of time devoted to care activities. Additional interaction terms between gender and family arrangements are included to capture gender heterogeneity in the determinants of inactivity. The results indicate a marked concentration of women among inactive NEET youth, particularly among those from low-income households and non-white backgrounds. The logit estimates further show that time allocated to reproductive labor significantly increases the probability of female inactivity in both education and the labor market, even after controlling for a wide set of sociodemographic covariates. These findings reinforce the importance of incorporating the gendered organization of care into empirical analyses of youth labor market outcomes and contribute to the literature by demonstrating how unpaid care responsibilities operate as a structural constraint shaping young women's economic participation.

Keywords: Care Economy. Inactive NEET Youth. Reproductive Labor. Logit Models.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não estão ocupados, por sexo e cor ou raça – Brasil, 2019-2023.	26
Gráfico 1 - Composição média dos jovens nem-nem inativos segundo características sociodemográficas, Brasil, 2017-2024.....	31
Gráfico 2 - Motivos de mulheres nem-nem inativas não ter tomado providência para conseguir trabalho no período de referência. Brasil, 2017-2024.....	33
Gráfico 3 - Motivos de homens nem-nem inativos não ter tomado providência para conseguir trabalho no período de referência. Brasil, 2017-2024.....	34
Gráfico 4 - Proporção de jovens nem-nem inativos que declararam afazeres domésticos e cuidado de pessoas como principal motivo de inatividade, segundo sexo. Brasil, 2017-2024.	34
Gráfico 5 - Proporção média dos jovens nem-nem inativos segundo renda domiciliar per capita, por sexo. Brasil, 2017-2024.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura hierárquica das mulheres segundo inserção ocupacional, classe e raça	27
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução temporal detalhada do perfil dos jovens nem-nem inativos (2017-2024)	30
Tabela 2 – Efeitos marginais médios e razões de chance estimado para a probabilidade de jovens estarem na condição de nem-nem inativos. Brasil, 2017–2024 (Modelo 1)	42
Tabela 3 – Efeitos marginais médios e razões de chance restrito aos chefes de domicílio para a probabilidade de jovens estarem na condição de nem-nem inativos. Brasil, 2017–2024 (Modelo 2)	45
Tabela 4 – Efeitos marginais médios e razões de chance estimado para mulheres cônjuges e chefes do domicílio para a probabilidade de jovens estarem na condição de nem-nem inativos. Brasil, 2017–2024 (Modelo 3)	45
Tabela A1 - Estatísticas descritivas das variáveis do modelo 1. Brasil, 2017–2024.....	69
Tabela B1 - Estatísticas descritivas das variáveis do modelo 2. Brasil, 2017–2024.....	72
Tabela C1 - Estatísticas descritivas das variáveis do modelo 3. Brasil, 2017–2024.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AME — Average Marginal Effects
CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESIT — Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho
EP — Erro padrão
IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA — Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOGIT — Modelo logit
MDS — Ministério do Desenvolvimento Social
NEET — Not in Education, Employment or Training
OR — Odds Ratio
PIB — Produto Interno Bruto
PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGE — Programa de Pós-Graduação em Economia
UNILA — Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNRISD — United Nations Research Institute for Social Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	18
2.1 NORMAS DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	18
2.2 A ECONOMIA DO CUIDADO COMO PROPOSTA ANALÍTICA.....	21
2.3 O CUIDADO NÃO REMUNERADO COMO TRABALHO DAS MENINAS ENQUADRADAS NA CATEGORIA NEM-NEM.....	26
2.4 O MODELO DE DELEGAÇÃO DO CUIDADO E A PERMANÊNCIA DA CONDIÇÃO DE POBREZA.....	29
3 BASE DE DADOS E CARACTERIZAÇÃO DESCRITIVA DOS JOVENS NEM-NEM.....	32
3.1 TRATAMENTO DOS DADOS.....	32
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO GRUPO.....	34
4 ESTRATÉGIA EMPÍRICA.....	41
4.1 LOGIT BINÁRIO.....	41
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	45
5.1 MODELO 1.....	45
5.2 MODELO 2.....	48
5.3 MODELO 3.....	51
5.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICES.....	70
APÊNDICE A - Estatísticas descritivas das variáveis do modelo 1, Brasil, 2017–2024.....	70
APÊNDICE B - Estatísticas descritivas das variáveis do modelo 2, Brasil, 2017–2024.....	73
APÊNDICE C - Estatísticas descritivas das variáveis do modelo 3, Brasil, 2017–2024.....	75

1 INTRODUÇÃO

A condição juvenil no Brasil contemporâneo reflete tensões persistentes entre oportunidades educacionais, inserção produtiva e vulnerabilidades sociais. Em 2023, 21,2% dos jovens entre 15 e 29 anos¹, cerca de 10,3 milhões de pessoas, não estavam engajados em atividades de estudo ou trabalho. Embora essa seja a menor taxa da série histórica da PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) iniciada em 2012, o contingente absoluto permanece elevado, indicando que o fenômeno dos chamados jovens *nem-nem* não pode ser reduzido a variações conjunturais, mas expressa fatores estruturais que delimitam sua inserção social e produtiva.

Os jovens *nem-nem* compõem homens e mulheres em idade tenra que nem estudam e nem trabalham. De acordo com a terminologia essa expressão se trata de uma adaptação nacional da sigla *NEET* (*Not in Education, Employment, or Training*). Tendo sido identificado e consolidado pela primeira vez no Reino Unido na década de 1990 devido a chamada “zona cinzenta” que representava a indefinição que esses jovens se encontravam (Social Exclusion Unit, 1999), esse fenômeno observado até então, assume contornos particulares no contexto brasileiro, marcados por determinantes estruturais.

Esse indicador é uma medida de vulnerabilidade juvenil e inclui, simultaneamente, os jovens que não estudam/trabalham e estão desocupados (que buscam ocupação e estão disponíveis para o mercado de trabalho) e aqueles que não estudam/trabalham e estão fora da força de trabalho, seja por não tomarem providências para conseguir emprego ou por não estarem disponíveis para trabalhar. Embora associada a fatores conjunturais do mercado de trabalho e do sistema educacional, a persistência de taxas superiores a 20% ao longo da sequência temporal indica a presença de causas fundamentais relevantes (IBGE, 2024).

Do ponto de vista histórico-estrutural, a persistência de um contingente expressivo de jovens fora do trabalho e da escola deve ser situada no modo como se

¹ Embora não haja um recorte etário consensual entre os países, de acordo com o Estatuto da Juventude são considerados jovens o grupo de pessoas de 15 a 29 anos de idade, além de ser a faixa etária classificada pelo IBGE para a análise.

constituiu o mercado de trabalho no Brasil e na forma como a economia nacional historicamente gerou (e segue gerando) oportunidades ocupacionais. A literatura clássica sobre formação do mercado de trabalho brasileiro (Barbosa, 2003; Oliveira, C. A. B., 1998) ressalta que sua constituição foi marcada por heranças de longa duração, da escravidão e do “não-mercado” de trabalho, no qual a força de trabalho não era objeto de negociação, à transição para formas assalariadas e à consolidação posterior de relações laborais segmentadas. Nesse processo, a modernização não produziu homogeneização social; ao contrário, sedimentou um mercado de trabalho estruturalmente heterogêneo, com excedentes de mão de obra e ampla massa de trabalhadores socialmente “dispensáveis”, em que o trabalho precário, a baixa remuneração e a exclusão de direitos não aparecem como anomalias conjunturais, mas como traços constitutivos.

Essa trajetória se relaciona com as fases de conformação do mercado de trabalho urbano-industrial no Brasil. No período de industrialização restringida (1930-1956), por exemplo, o avanço industrial e urbano foi sendo desenvolvido sob limitações importantes, tanto pela dependência externa quanto por restrições estruturais à expansão de setores dinâmicos, resultando em crescimento econômico com forte heterogeneidade ocupacional e em processos incompletos de estruturação do emprego urbano (Baltar; Dedecca, 1992). A constituição do mercado de trabalho nacional deve ser compreendida como um processo por etapas, em que a ampliação do assalariamento e a urbanização coexistem com formas diferenciadas e instáveis de inserção, e com desigualdades persistentes na base ocupacional (Mattoso; Baltar, 1996). Esse pano de fundo é decisivo para interpretar a transição escola-trabalho como um fenômeno socialmente condicionado. Ou seja, quando o padrão de acumulação não produz postos suficientes e estáveis, aumentam as probabilidades de trajetórias interrompidas, intermitentes ou de saída do mercado de trabalho, sobretudo entre grupos com menor proteção social.

No contexto recente, esse quadro foi reatualizado pelas transformações estruturais e pela reorientação macroeconômica observadas a partir dos anos 1990. Mattoso e Baltar (1996) destacam que a abertura comercial e financeira, a redução do papel do Estado na proteção e promoção da produção e a ausência de uma política consistente de reestruturação industrial se associaram a mudanças na estrutura

produtiva e a um encolhimento da geração de oportunidades ocupacionais, ampliando desemprego e precarização em uma economia cujo mercado de trabalho já era historicamente desigual e altamente flexível. Analiticamente, isso significa que a reprodução de grandes contingentes “fora” do emprego formal, inclusive jovens, não pode ser lida apenas como resultado de decisões individuais, mas como expressão de um padrão de desenvolvimento que combina heterogeneidade estrutural, fragilidade de empregos de qualidade e mecanismos sociais de absorção de risco (família, informalidade e trabalho doméstico).

Do total de jovens na condição nem-nem, 71,3% estão fora da força de trabalho. Entre as mulheres essa proporção chega a 76,5%, enquanto entre os homens é de 61,7% - uma diferença de 14,8 pontos percentuais, o que indica maior dificuldade feminina na busca pela inserção no mercado de trabalho. Considerando o total da população jovem, 27,9% das mulheres se encontram na condição nem-nem, proporção quase duas vezes maior que a observada entre os homens (14,7%). Esses dados apontam que a relação com gênero deve ter atenção.

A principal razão declarada por jovens mulheres para não estarem estudando e nem inseridas no mercado de trabalho remunerado é a dedicação a afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas em âmbito doméstico. Ainda que não sejam reconhecidas como trabalho pelas estatísticas tradicionais, esse conjunto de atividades é essencial para a sustentação da sociedade e para a garantia da reprodução social, isto é, a manutenção das condições básicas para que os indivíduos possam se desenvolver, trabalhar e participar da vida social e economicamente produtiva (Waring, 1988; Folbre, 2001).

Contudo, a invisibilização do trabalho doméstico e de cuidados contribui para restringir as possibilidades de autonomia e mobilidade social dessas jovens, que, embora classificadas como “inativas”, estão frequentemente sobrecarregadas dentro dos lares e, por sua vez, com limitações na capacidade de buscar educação, emprego ou outras formas de inserção social.

Justifica-se, assim, o foco desta pesquisa nas meninas enquadradas como nem-nem, dada sua relevância nos debates contemporâneos sobre desigualdade de gênero, social e pobreza. A elevada proporção de mulheres nesse grupo elucidada que

a permanência nessa condição está enraizada na divisão sexual do trabalho, que historicamente designa as mulheres à esfera reprodutiva (maternidade, cuidados com crianças e idosos e afazeres domésticos) e os homens à esfera produtiva, considerada de maior valor social (Hirata e Kergoat, 2007).

Compreender essa permanência exige, portanto, uma abordagem que vá além das explicações centradas na oferta ou demanda de trabalho, incorporando os arranjos sociais que sustentam a divisão do cuidado e condicionam as trajetórias de vida. Frequentemente tratadas como resultado de escolhas individuais, essas situações refletem, na verdade, uma organização social que oculta o trabalho de cuidado e o impõe às mulheres, especialmente àquelas em contextos de maior vulnerabilidade.

Embora o fenômeno nem-nem tenha ocupado um lugar de atenção no meio acadêmico (Menezes Filho, Cabanas e Komatsu, 2013; Tillmann, Comim, 2016; Cardoso, Hermeto, 2021; Freire, Saboia, 2021) na mídia, nas intervenções estatais e de outros atores sociais, a investigação voltada para o recorte de gênero na análise é praticamente inexistente. A partir disso, ancorado pela perspectiva da Economia Feminista² e de Gênero, esse trabalho propõe-se investigar como as lógicas sociais que estruturam a (re)organização do cuidado se articulam com os marcadores de gênero, contribuindo para a reprodução das desigualdades entre meninas de 15 a 29 anos.

Dado o contexto, tem-se como desiderato responder (i) quais são os determinantes da permanência de meninas na condição de nem-nem? e (ii) de que forma o trabalho reprodutivo não remunerado molda suas oportunidades de inserção no mercado e nos estudos? Partir-se-á da hipótese de que a sobrecarga de cuidados domésticos limita significativamente as possibilidades de inserção educacional e laboral desse grupo, contribuindo para a persistência de vulnerabilidades e para a reprodução de desigualdades ao longo do tempo.

Este trabalho tem como objetivo investigar os determinantes da condição de

² Atualmente a Economia Feminista é institucionalmente classificada como pertencente à literatura econômica acadêmica, incorporada pelo código JEL B54, e seu surgimento está vinculado à preocupação em compreender e transformar as condições sociais e econômicas das mulheres, tendo como um de seus eixos centrais de investigação o estudo do trabalho de cuidado.

jovens nem-nem inativos no Brasil, com ênfase nas meninas, à luz da Economia do Cuidado. Para tanto, utiliza microdados da PNAD Contínua (2017–2024), organizados em dados empilhados, e estima modelos logit para analisar a probabilidade de inatividade associada ao trabalho reprodutivo.

Além dessa seção introdutória, o presente trabalho organiza-se em quatro capítulos, além das considerações finais. O Capítulo 2 apresenta os fundamentos teóricos que sustentam a análise, discutindo normas de gênero e divisão sexual do trabalho, a economia do cuidado como proposta analítica, a crítica à categoria nem-nem e o modelo de delegação do cuidado e sua relação com a permanência da pobreza. O Capítulo 3 descreve a base de dados e apresenta a caracterização descritiva do perfil dos jovens nem-nem inativos no Brasil. O Capítulo 4 expõe a estratégia empírica, detalhando os modelos logit binário e as variáveis utilizadas. O Capítulo 5 apresenta e discute os resultados das estimações e a discussão substantiva dos achados. Por fim, as considerações finais sistematizam os principais resultados e suas implicações.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1 NORMAS DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Para compreender por que as trajetórias educacionais e laborais de homens e mulheres se diferenciam de forma sistemática, e porque tais diferenças persistem mesmo quando se controlam características observáveis, é necessário tratar o gênero não como atributo individual e biológico, mas como ordem institucional que organiza expectativas, redistribui responsabilidades e estrutura oportunidades. Nesse enquadramento, as normas de gênero operam como regras sociais (muitas vezes implícitas) que definem o que é considerado apropriado para “homens” e “mulheres”, orientando percepções de competência, autoridade e disponibilidade. Ridgeway (2011) sustenta que o gênero funciona como um sistema institucional de status, i.e, crenças culturalmente compartilhadas sobre masculinidade e feminilidade se tornam atalhos cognitivos nas interações cotidianas e, por essa via, moldam avaliações e decisões em contextos organizacionais sem depender de coerção explícita. Assim, ainda que instituições formais proclamem neutralidade, as expectativas de gênero podem produzir assimetrias cumulativas de oportunidades e recompensas porque

influenciam quem é visto como “mais competente”, “mais comprometido” ou “mais apto” para posições valorizadas.

Esse argumento ganha densidade econômica quando se reconhece, como propõe Elson (1999), que mercados de trabalho não são arenas neutras, mas são *gendered institutions*. Essas instituições generificadas são estruturadas por práticas, normas e redes que “carregam” gênero e executam sob a interseção entre economia produtiva e economia reprodutiva. Em vez de conceber discriminação como resíduo irracional, Elson mostra que as regras formais e informais do mercado (promoção, avaliação, mobilidade, regimes de jornada, critérios de “comprometimento”) incorporam pressupostos sobre quem arca com as responsabilidades reprodutivas, tratando o cuidado como custo privado e a disponibilidade contínua como norma. Desse modo, normas de gênero não apenas moldam preferências; elas moldam restrições econômicas objetivas, pois definem como o mercado precifica interrupções, flexibilidades e trajetórias “não lineares”, penalizando de forma recorrente quem assume o trabalho do cuidado.

A expressão material mais evidente dessas normas é a divisão sexual do trabalho, cuja é socialmente construída de tarefas entre homens e mulheres, acompanhada de hierarquização de valor. Hirata e Kergoat (2007) enfatizam que não se trata de uma diferença funcional “espontânea”, mas de um arranjo estruturante sustentado por princípios gerais e por mecanismos de legitimação. A divisão sexual do trabalho organiza “o que” homens e mulheres fazem (separação), mas também “quanto vale” o que fazem (hierarquia), e essa hierarquia se mantém porque é naturalizada, ou seja, é apresentada como decorrência de uma suposta natureza biológica e não de relações sociais historicamente instituídas. É precisamente por isso que a desigualdade pode persistir mesmo quando há mudanças na condição feminina; uma vez que as modalidades mudam, a distância entre os grupos de sexo pode ainda permanecer. As autoras formulam esse núcleo conceitual da seguinte forma:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que

remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Esse enquadramento ajuda a compreender por que o cuidado ocupa lugar central na reprodução das desigualdades. Razavi (2007), ao sistematizar o *care diamond*, propõe que a provisão social do cuidado se distribui entre família, Estado, mercado e comunidade, e que a configuração concreta desse “diamante” varia entre sociedades conforme regimes de bem-estar, padrões de desigualdade e arranjos institucionais. O ponto decisivo, contudo, é que a divisão sexual do trabalho se projeta sobre esse arranjo: quando o Estado oferta pouco cuidado público, quando o mercado é acessível apenas a estratos de renda mais alta e quando redes comunitárias são insuficientes, a família torna-se o vértice dominante, e, no interior dela, as normas de gênero alocam o cuidado prioritariamente às mulheres. Assim, a “organização social do cuidado” não é um pano de fundo neutro, mas um dispositivo institucional que converte expectativas de gênero em distribuição desigual de tempo e responsabilidades.

Rodríguez Enríquez (2012) firma esse viés em contextos latino-americanos, nos quais a combinação entre o cuidado e o cuidado doméstico concentrado no meio familiar, a informalidade laboral e desigualdade socioeconômica intensifica a feminização do cuidado. Em sociedades marcadas por cobertura segmentada e serviços públicos insuficientes, a externalização do cuidado tende a ocorrer de forma estratificada: grupos com mais renda delegam para o mercado (frequentemente via trabalho doméstico/cuidado mal remunerado), ao passo que domicílios pobres absorvem o custo integral do cuidado, muitas vezes redistribuindo-o internamente entre mulheres e meninas. Desse modo, a naturalização do cuidado opera tanto como norma cultural quanto engrenagem institucional de reprodução das desigualdades interseccionais, o que é particularmente relevante para interpretar padrões de exclusão educacional e laboral de jovens mulheres em domicílios de baixa renda.

A consequência analítica do percurso de normas como instituições sociais, divisão sexual como expressão material e naturalização do cuidado e organização social do cuidado é que a menor inserção produtiva feminina não deve ser reduzida a preferências individuais ou choques conjunturais. Se trata de uma restrição estrutural: instituições de mercado pressupõem disponibilidade contínua e trajetórias “lineares”,

enquanto instituições familiares e sociais alocam às mulheres uma parcela desproporcional do trabalho reprodutivo. Assim, diferenças nas probabilidades de participação e inatividade podem tornar-se resultados previsíveis de um arranjo social que transforma normas em constrangimentos observáveis. É nesse sentido que a proposta empírica deste estudo, ao focalizar o subgrupo de jovens fora da força de trabalho e considerar marcadores de cuidado e arranjos familiares, se ancora em uma interpretação institucional do gênero, em que a inatividade associada ao cuidado aparece menos como “opção” e mais como expressão de mecanismos sociais persistentes.

2.2 A ECONOMIA DO CUIDADO COMO PROPOSTA ANALÍTICA

A década de 1960 foi palco para as primeiras investigações da então chamada *New Home Economics* (NHE), sendo uma abordagem focada no consumo, oferta de trabalho e outras decisões familiares não centradas em decisões individuais, mas no âmbito doméstico, a fim de enfatizar a importância da produção doméstica (Grossbard-Shechtman, 2011). Orientados pelos trabalhos preambulares sobre a economia e consumo familiar de Hazel Kirk e Margaret Reid nos anos 1920 (Evelyn Forget, 1996; Yun-Ae Yi, 1996; Elizabeth Kiss e Andrea Beller, 2000), Jacob Mincer (1962) e Gary Becker (1965) atraíram atenção acadêmica para a pesquisa sobre oferta de trabalho feminino e valor do tempo alocado à produção doméstica.

Essas contribuições representaram um avanço significativo no âmbito da microeconomia neoclássica em relação à teoria limitada da oferta de mão de obra, que se baseava em compensações individuais entre trabalho e lazer (Lionel Robbins, 1932). Essa teoria não contemplava a oferta de trabalho feminino e a noção de que o tempo não gasto na força de trabalho inclui não apenas o lazer, mas o tempo dedicado aos trabalhos domésticos e de cuidados. Becker (1981) abordou a família como uma unidade econômica na qual seus pertencentes alocam tempo entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado, destacando a racionalidade econômica nas decisões domésticas.

No entanto, a literatura da Economia Feminista tem destacado limitações centrais de sua abordagem. Primeiramente, que seus modelos simplificam excessivamente a complexidade das atividades domésticas e de cuidado, ignorando

dimensões qualitativas, sociais e históricas do trabalho exercido em âmbito doméstico (Ferber, 1977). Depois, que a pressuposição da racionalidade econômica plena para todos os membros da família implica que os resultados das decisões domésticas seriam, em essência, ótimos, desconsiderando desigualdades de poder, coerção e normas de gênero que permeiam a alocação do tempo entre trabalho remunerado e não remunerado (Blau, 1977; Ferber, 1977). Tais limitações apontam que, embora metodologicamente rigorosos, os modelos de Becker não refletem adequadamente a realidade social das famílias, nem as assimetrias de gênero que estruturam o trabalho doméstico e de cuidado.

Em contrapartida, há diversos modelos que em determinados espectros dialogam com a tradição neoclássica, mas que se afastam significativamente de Becker ao rejeitar a família como agente unitário. O modelo coletivo de Chiappori (1992) parte da hipótese de que as decisões intradomiciliares podem ser representadas como resultados Pareto-eficientes, nos quais a distribuição de poder entre os membros é capturada por pesos (ou fatores) distributivos. Já os modelos de barganha baseados na solução de Nash, como McElroy e Horney (1981), tratam a alocação doméstica como fruto de negociação entre indivíduos com preferências próprias, em que o resultado depende do ponto de ameaça (isto é, das alternativas fora da união). Em contraste, Lundberg e Pollak (1993) propõem o modelo de esferas separadas, no qual a cooperação é limitada por um ponto de desacordo definido por um equilíbrio não cooperativo dentro do casamento, associado a papéis tradicionais. A abordagem de custos de transação discutida por Pollak (1985) interpreta a família como arranjo institucional que reduz custos de coordenação, sem eliminar conflitos de interesse. Ainda em termos analíticos, Sen (1990) representa uma crítica à tradição beckeriana ao deslocar o foco da eficiência e das preferências dadas para a centralidade das normas sociais, das percepções e legitimidade social de reivindicações, e das relações de poder intrafamiliar. Evidências empíricas e contribuições da economia feminista (Browning et al., 1993; Phipps e Burton, 1995b; Woolley e Marshall, 1994; Seiz, 1991; McCrate, 1987; Nelson, 1994) reforçam que renda, poder e normas importam para a distribuição intrafamiliar, indicando que as famílias não podem ser tratadas como um único agente e que suas dinâmicas podem produzir resultados assimétricos entre seus membros.

Ademais, a tradição neoclássica, da qual os modelos de Becker são expressão, reflete, epistemologicamente, uma concepção da teoria econômica dominante fundamentada na figura do *homo economicus*³, que pressupõe um indivíduo plenamente racional, independente e disponível para o mercado, sem reconhecer as interdependências sociais e a centralidade do cuidado na vida humana. No entanto, essa concepção ignora um dado elementar da vida humana: não existe indivíduo completamente independente. Todos os sujeitos, em algum momento de suas vidas - na infância, em situações de doença, velhice ou fragilidade - dependem do cuidado de outros para sobreviver, se desenvolver e participar da vida social. A exclusão dessa dimensão relacional e interdependente da análise econômica não é neutra. Ela expressa um viés androcêntrico estrutural que permeia o arcabouço teórico da economia convencional, contribuindo para a sistemática invisibilização das mulheres, tanto como objeto de investigação quanto como sujeito epistêmico. Ao tomar como referência um agente desvinculado das relações de cuidado - historicamente atribuídas às mulheres -, a teoria econômica relegou à margem as atividades reprodutivas essenciais à sustentação da vida e da própria economia.

Essa marginalização do trabalho de cuidado, sobretudo quando realizado de forma não remunerada por mulheres, no interior dos lares, é um dos efeitos mais evidentes da abstração do *homo economicus*. Reconhecer o cuidado como atividade central à reprodução social implica revisar os fundamentos da análise econômica e romper com a dicotomia entre produção e reprodução que ainda estrutura grande parte das abordagens teóricas e empíricas no campo da economia.

Atualmente, na perspectiva *mainstream* da ciência econômica os trabalhos de cuidado não chegam a adquirir status de categoria econômica, tendo sido ignorados ou marginalizados por, ao menos, três razões principais. I) foco no mercado formal. A economia dominante concentra atenção no que é transacionado em atividades com preço definido e valor de troca monetária. Como o trabalho do cuidado (cozinhar, limpar, cuidar de crianças ou de idosos) é frequentemente realizado longe do âmbito econômico tradicional, mas no doméstico e sem remuneração, ele é desconsiderado

³ Foi John Stuart Mill (1836) quem sistematizou a noção do *homo economicus* como um modelo para a análise econômica. Ele descreveu de forma mais explícita um indivíduo racional, autônomo e movido por interesses econômicos buscando maximizar sua riqueza e satisfação pessoal.

das contas nacionais e de análises de produtividade, renda ou crescimento. II) separação entre “produção” e “reprodução”. Na teoria convencional, há uma rígida divisão entre produção (associada à geração de bens e serviços no mercado) e reprodução (relacionada à manutenção da vida). Essa dicotomia invisibiliza o papel fundamental da reprodução social como base que sustenta a força de trabalho no sistema econômico. III) suposição de agentes autônomos e racionais tal qual a figura do *homo economicus*. Embora seja factual a necessidade de cuidado em diferentes fases da vida humana (infância, doença, velhice), esse aspecto tem dificuldades de ser incorporado. Nesse sentido, em contraposição ao *mainstream*, surge a Economia do Cuidado como proposta analítica que visa medir, dimensionar e visibilizar a atividade do cuidado (Rodríguez Enríquez, 2012).

De acordo com a literatura da Economia do Cuidado, o trabalho de cuidado enquanto categoria de análise revela dimensões historicamente negligenciadas pela economia convencional e permite compreender como a reprodução social se sustenta por meio de relações de trabalho não remuneradas, atravessadas por desigualdades de gênero, classe e raça. Há um leque de múltiplas definições de cuidado que refletem sua complexidade conceitual, podendo ser organizadas a partir de diferentes critérios: a distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo; se é ou não remunerado; a separação entre cuidado direto e trabalho doméstico; o grau de dependência da pessoa cuidada ou ainda o tipo de vínculo entre cuidador(a) e receptor(a).

Na literatura internacional, o termo *care work* ganhou centralidade com a produção anglo-saxã (Carrasco, Borderías e Torns, 2011) refletindo a tentativa de abarcar esse campo multifacetado. As conceituações mais recorrentes dividem-se entre duas vertentes principais: o cuidado como *nurturance*, que enfatiza a dimensão relacional e afetiva (England, 1992), e o cuidado como trabalho reprodutivo, voltado à manutenção e reprodução da força de trabalho (Duffy, 2005).

O trabalho doméstico pode ser entendido como um cuidado indireto, ou uma pré-condição à realização do cuidado direto (Folbre, 2006; Razavi, 2007), enquanto esse último refere-se às atividades que são realizadas e às relações que se iniciam para satisfazer as necessidades emocionais de crianças e adultos dependentes, abrangendo tarefas de cuidado direto, de forte conteúdo relacional, e indireto, enquanto

pré-condição para o cuidado direto (Daly; Lewis, 2000).

Entretanto, para algumas teóricas do campo, a diferenciação taxativa entre o trabalho de cuidados (cuidado direto) e o trabalho doméstico (cuidado indireto) provém de uma ótica primeiro mundista (Wood, 1997), uma vez que essa dicotomia reflete as realidades socioeconômicas de países desenvolvidos, onde a infraestrutura estatal e de mercado (creches e serviços domésticos pagos) permite uma distinção mais clara entre essas esferas. No entanto, essa separação pode tornar-se descontextualizada quando aplicada a países subdesenvolvidos ou regiões rurais. A diferenciação ignora a interdependência dessas funções que são parte de uma economia de subsistência integrada, onde o trabalho reprodutivo sustenta a sobrevivência familiar sem divisões rígidas. No contexto brasileiro, caracterizado por desigualdades socioeconômicas, limitações em serviços públicos de cuidado e vastas áreas rurais onde o trabalho familiar é multifuncional, essa crítica é particularmente relevante, levando-nos a adotar uma noção mais integrada de trabalho reprodutivo, como proposta por Duffy (2005), que engloba tanto atividades "nurturantes" (como o cuidado relacional) quanto "não nurturantes" (como limpeza e cozinhar).

Compreendemos, portanto, que o trabalho reprodutivo constitui o conjunto de atividades necessário para reproduzir a força de trabalho tanto presente quanto futura, e engloba tanto o trabalho doméstico tal como o trabalho de cuidados, direta ou indiretamente relacionado à manutenção cotidiana da vida (Benería, 1979; Picchio, 2003). O trabalho doméstico é conceitualmente originado da perspectiva que relaciona o sistema capitalista com a divisão sexual do trabalho (com a classe privilegiada – esposo – e a classe subordinada – dona de casa), posteriormente mais bem desmembrada nesse trabalho.

O debate teórico sintetiza a evolução conceitual do trabalho doméstico ao trabalho reprodutivo, uma vez que se assimila o lar como um lugar de trabalho, ao mesmo tempo que é, sem dúvida, um lugar de cuidado (Himmelweit, 2000). Nesse marco, a Economia do Cuidado⁴ amplia a análise ao articular práticas domésticas com

⁴ A preferência do uso singular "Economia do Cuidado" em contraposição de "Economia dos Cuidados" reflete uma escolha conceitual que enfatiza o cuidado como processo unificado, relacional e de interdependência humana (Tronto, 1993), evitando a fragmentação sugerida pelo plural, que pode evocar tarefas isoladas. A reprodução social é entendida como sistema holístico e sem divisões artificiais (Esquivel, 2012).

a oferta institucional e mercantil de serviços de cuidado, vinculando tais atividades à organização social da reprodução e à divisão sexual do trabalho, ao mesmo tempo em que rejeita concepções dualistas centradas na dependência e reivindica a interdependência como condição humana fundamental.

No contexto brasileiro, a legislação reconhece os afazeres de cuidado remunerado ocupações como cozinheira, governanta, babá, lavadeira, faxineira, vigia, motorista particular, jardineira, acompanhante de idosos, entre outras (Sanchez, 2009, p. 880). Já o cuidado não remunerado, desempenhado no âmbito doméstico, cumpre função fundamental na sustentação da vida cotidiana e na reprodução da força de trabalho, sendo, portanto, essencial ao funcionamento do sistema econômico (Donath, 2000; Picchio, 1999; Carrasco, 2001).

Ainda que haja estudos que apontem uma redução no tempo destinado ao cuidado pelas mulheres e de uma leve diminuição na segregação ocupacional, as tarefas do lar seguem majoritariamente feminizadas. Essa aparente redução, contudo, não implica que os homens tenham assumido parte significativa dessas responsabilidades, mas sim que o trabalho de cuidado tem sido redistribuído entre as próprias mulheres. A inserção crescente de mulheres no mercado formal tem sido viabilizada, em grande parte, pela delegação do cuidado a outras mulheres, geralmente de classes sociais mais baixas e, frequentemente, racializadas. Essa cadeia de redistribuição do trabalho reprodutivo reforça desigualdades intra-gênero e impõe às mulheres em situação mais vulnerável - como jovens pobres, muitas vezes fora da escola e sem trabalho remunerado - a responsabilidade final por esse cuidado.

2.3 O CUIDADO NÃO REMUNERADO COMO TRABALHO DAS MENINAS ENQUADRADAS NA CATEGORIA NEM-NEM

Embora o termo nem-nem sugira uma condição de inatividade generalizada, a literatura brasileira recente tem avançado na identificação das nuances que distinguem os perfis de jovens enquadrados nessa categoria. Freire e Saboia (2021) destacam que tal condição não deve ser compreendida de forma homogênea, sendo essencial diferenciar entre inatividade e desocupação. A desocupação, por envolver a busca ativa por trabalho, é frequentemente percebida como menos crítica do que a inatividade; contudo, essa diferenciação ignora os múltiplos fatores sociais que

moldam o não engajamento no mercado, especialmente entre as mulheres.

É precisamente entre os inativos que se concentra a maior chance de inserção feminina, como revelam análises empíricas recorrentes sobre o tema. Desde os estudos pioneiros de Camarano et al. (2006), observa-se que esse grupo é majoritariamente composto por mulheres, muitas delas mães e cônjuges, residentes em domicílios de baixa renda e com baixos níveis de escolaridade. A persistência dessa situação mais desfavorável para as mulheres, mesmo diante da crescente inserção feminina no mercado de trabalho e no sistema educacional, bem como da expressiva redução das taxas de fecundidade, permanece fortemente associada à responsabilidade pelo cuidado da família e pela realização dos afazeres domésticos.

Tomando-se como referência os resultados de Cardoso e Hermeto (2021), que desconstruem a noção de “ociosidade” comumente atribuída aos jovens nem-nem por evidenciar sua inserção em atividades de trabalho reprodutivo não remunerado, destaca-se a importância de problematizar a interpretação generalizada de inatividade, especialmente no que se refere ao grupo analisado neste estudo.

A desconsideração do cuidado enquanto trabalho, nos marcos da contabilidade econômica tradicional, revela uma limitação na forma como se concebe e mensura a atividade produtiva. O trabalho reprodutivo não remunerado permanece invisibilizado nos principais indicadores econômicos, tais como o Produto Interno Bruto (PIB), as taxas de emprego e os índices de produtividade. Essa exclusão não decorre da irrelevância econômica⁵ desse tipo de trabalho, mas sim de uma concepção restrita de valor e produção, ancorada na lógica mercantil, que reconhece apenas atividades diretamente associadas à geração de renda monetária.

Nesse sentido, como afirma o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:

A monetização do trabalho não mercantil das mulheres é mais do que uma questão de justiça. Diz respeito à condição econômica das mulheres

⁵ O Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento estimou que, em 1995, o valor global do trabalho não remunerado, medido em termos de salários vigentes, era de US\$ 16 trilhões – cerca de 70% a mais do que as estimativas de produção global para o ano, de US\$ 23 trilhões – dos quais US\$ 11 trilhões eram a “contribuição não mercantilizada e ‘invisível’ das mulheres” (PNUD 1995: 97).

na sociedade. Se o trabalho não remunerado das mulheres fosse devidamente valorizado, é bem possível que as mulheres surgissem na maioria das sociedades como as principais provedoras de renda – ou pelo menos como provedoras de renda equivalentes – já que dedicam mais horas de trabalho do que os homens (PNUD 1995: 98).

A valorização do trabalho reprodutivo, como advogada pelo PNUD, implica uma necessária revisão das bases conceituais da economia dominante, que historicamente desconsidera as atividades não mercantis nos marcos da análise econômica.

A própria categoria “nem-nem” tem sido objeto de crítica na literatura internacional por sua heterogeneidade interna e por seu potencial normativo implícito. Furlong (2006) argumenta que a categoria foi originalmente concebida como instrumento administrativo de monitoramento de jovens em período de transição, mas passou a ser utilizada como marcador analítico homogêneo, obscurecendo diferenças substantivas entre desemprego, desengajamento escolar, maternidade precoce, deficiência, responsabilidades familiares e situações transitórias. Ao agrupar tais condições sob um único rótulo, a categoria tende a naturalizar a ausência de inserção produtiva como atributo individual, deslocando o foco de fatores estruturais.

Yates e Payne (2006), por sua vez, destacam que a utilização da categoria em políticas públicas frequentemente incorpora uma leitura moralizante da inatividade, sugerindo passividade ou desinteresse por parte dos jovens. Tal enquadramento pode ser particularmente problemático quando aplicado às jovens mulheres, cuja condição de “fora do mercado” muitas vezes corresponde ao exercício intensivo de trabalho doméstico e de cuidado. Nesses casos, a classificação estatística de inatividade não significa ausência de trabalho, mas ausência de trabalho mercantilizado.

A crítica torna-se ainda mais contundente quando analisada sob a perspectiva da economia feminista. Folbre (1994) demonstra que a definição convencional de atividade econômica, centrada exclusivamente na produção mercantil, exclui sistematicamente o trabalho de cuidado não remunerado, apesar de este ser condição necessária à reprodução da força de trabalho e ao funcionamento do próprio sistema produtivo. Por isso, a economia tradicional tende a naturalizar as atividades de

cuidado, excluindo-as dos modelos analíticos e das estatísticas oficiais, o que reforça a subvalorização do trabalho reprodutivo e aprofunda as desigualdades de gênero. Ao não reconhecer o cuidado como trabalho, a contabilidade econômica produz uma invisibilização institucional que se projeta sobre categorias estatísticas como “inatividade”. Entende-se, portanto, que o trabalho reprodutivo engloba um conjunto de atividades indispensáveis à manutenção e à reprodução cotidiana da força de trabalho, bem como à sustentação da vida social em sua totalidade.

Essa leitura permite abranger uma interpretação do subgrupo das meninas enquadradas como nem-nem inativas não como população estritamente ociosa, mas como contingente que desempenha trabalho socialmente necessário sob condições de não reconhecimento e não remuneração. A categoria estatística, ao registrar ausência de vínculo formal com o mercado, falha em capturar a intensidade da carga de trabalho reprodutivo assumida por essas jovens. Desse modo, a distinção entre desocupação e inatividade torna-se analiticamente crucial nesse caso, enquanto a primeira mantém conexão com o mercado de trabalho, a segunda pode ocultar formas intensivas de trabalho não mercantilizado, especialmente no caso feminino aqui estudado.

2.4 O MODELO DE DELEGAÇÃO DO CUIDADO E A PERMANÊNCIA DA CONDIÇÃO DE POBREZA

Entendemos que a divisão sexual do trabalho vai para além da constatação de desigualdades entre homens e mulheres, mas sua compreensão busca entender a natureza do sistema que dá origem a elas. A partir da noção do princípio hierárquico legitimado pela ideologia naturalista (um trabalho masculino “vale” mais do que um trabalho feminino), compreende-se o efeito estrutural que essa divisão sustenta, refletindo na não remuneração do trabalho doméstico feminizado.

Apesar de o número de mulheres em profissões de nível superior aumente, paralelamente cresce o contingente de mulheres em condições de precariedade (desemprego, flexibilidade, feminização das migrações). Essa crescente participação feminina no mercado de trabalho formal e a insuficiência de políticas públicas de cuidado, emergem novas formas de organização da divisão sexual do trabalho. Uma delas é modelo de delegação, identificado por Hirata e Kergoat (2007). Esse modelo

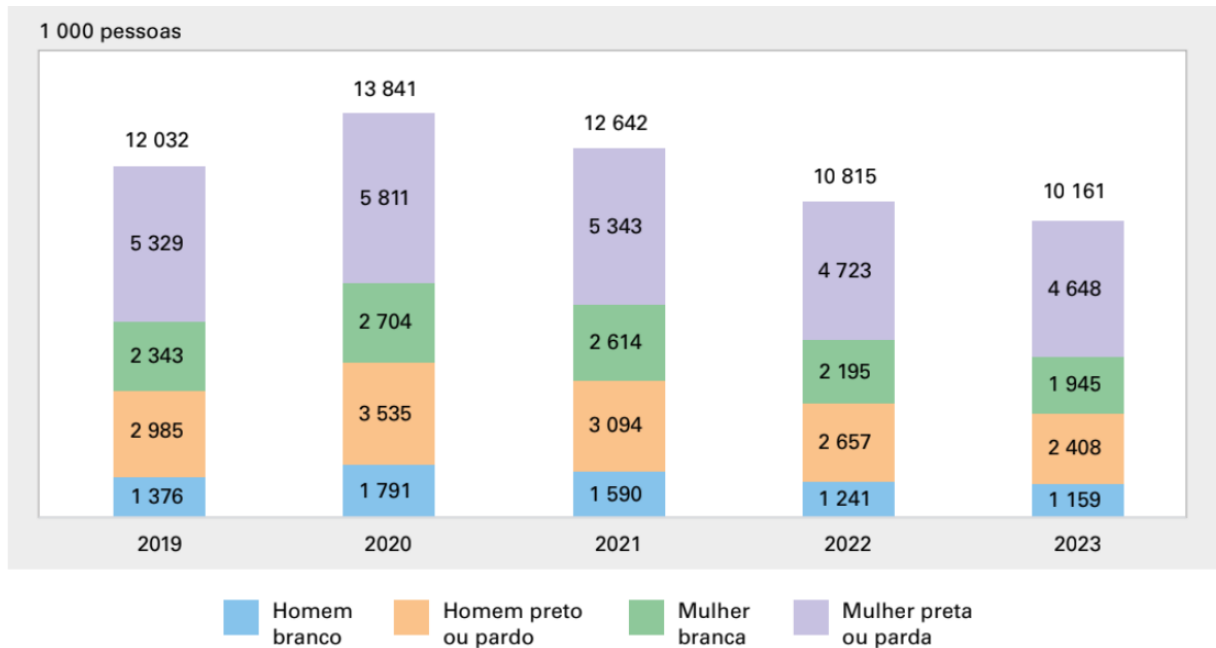
representa uma reconfiguração contemporânea que emerge como uma alternativa ou sobreposição ao prévio "modelo da conciliação". Enquanto o modelo de conciliação visa articular as atividades familiares e domésticas com a vida profissional, - surgindo em um contexto onde se buscava superar a dicotomia do "modelo tradicional", no qual os papéis familiares e domésticos eram inteiramente atribuídos às mulheres, e o papel de "provedor" aos homens – o modelo de delegação é caracterizado pela externalização das tarefas domésticas e de cuidado, transferindo-as de mulheres com carreiras de alto nível para outras mulheres em posições socioeconômicas mais vulneráveis.

A emergência deste modelo é impulsionada por alguns fatores interligados no mercado de trabalho e nas dinâmicas sociais. Primeiro, a polarização do emprego feminino. Impulsionado pelo progresso feminista, o crescimento da categoria de mulheres em profissões de nível superior e executiva exige a necessidade de adquirir meios econômicos e sociais para externalizar o que tradicionalmente seria "seu" trabalho doméstico. E, em segundo lugar, a expansão dos empregos em serviços. O aumento acelerado dos postos de trabalho no setor de serviços, englobando funções como cuidado de crianças e idosos, além do emprego doméstico, tornou a delegação dessas tarefas uma possibilidade concreta.

No contexto brasileiro, evidências apontam que o trabalho doméstico e de cuidados é historicamente delegado a mulheres de classes baixas, predominantemente negras (Brites, 2007, p. 93; Glenn, 1992; Duffy, 2005). Isso significa que meninas negras e de baixa renda são desproporcionalmente mais afetadas pela sobrecarga de cuidados, pois suas famílias têm menos recursos para terceirizar essas tarefas, e elas frequentemente assumem responsabilidades significativas em casa, cuidando de irmãos mais novos ou idosos (Sorj, Fontes e Machado, 2007, p. 576-577). A associação da mulher negra ao trabalho doméstico e de cuidados a terceiros é uma "conjunção do racismo e do sexismo" (Hooks, 1995. p. 468).

Conforme indicado na Figura 1, a distribuição dos jovens na condição de nem-nem no Brasil revela um padrão estrutural de exclusão que incide de forma desproporcional sobre as mulheres pretas ou pardas.

Figura 1 – Jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não estão ocupados, por sexo e cor ou raça – Brasil, 2019-2023.



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

Nota: Dados extraídos do Gráfico 13.

Observa-se que, em todo o período analisado, as mulheres pretas ou pardas constituem o grupo mais numeroso entre os nem-nem, evidenciando a sobreposição de desigualdades de gênero, raça e classe. Esse padrão está diretamente relacionado ao modelo de delegação da divisão sexual do trabalho, em que a sobrecarga de cuidados e afazeres domésticos é transferida para mulheres mais vulneráveis. Tal dinâmica reforça barreiras estruturais e contribui para a manutenção intergeracional da pobreza. A leitura dos dados confirma que, entre 2019 e 2023, a predominância desse grupo manteve-se estável, mesmo com variações no total de jovens. Esse cenário evidencia que, no Brasil, a precariedade do trabalho doméstico e de cuidado, historicamente associada à mulher negra, continua sendo um fator determinante na exclusão educacional e laboral.

Mantendo ainda como parâmetro Hirata e Kergoat (2007), entendemos que, quando a mulher de classe média externaliza o cuidado (por exemplo, contratando uma babá ou empregada), essa tarefa é assumida por mulheres de classe inferior. Quando estas não podem contratar ninguém, a função recai sobre suas filhas. Esse padrão de delegação reforça uma desigualdade intergeracional e interseccional:

meninas negras e pobres são transformadas, desde cedo, nas responsáveis pelo cuidado familiar, impossibilitando sua escolarização plena e sua inserção produtiva. Para ilustrar a última etapa dessa cadeia de redistribuição do cuidado, apresenta-se o Quadro 1, que organiza hierarquicamente as mulheres segundo inserção ocupacional, classe e raça:

Quadro 1 – Estrutura hierárquica das mulheres segundo inserção ocupacional, classe e raça.

Posição social	Posição ocupacional/tipo de trabalho	Renda/Classe	Raça/cor predominante
Mulheres de classe alta	Posições de alto respaldo ou alto nível intelectual	Alta	Branças
Mulheres de classe média	Empregos formais intermediários; algumas autônomas	Média	Mistas
Mulheres de baixa renda	Ocupações informais, cuidado remunerado ou precário	Baixa	Mistas e racializadas
Meninas nem-nem de baixa renda	Sem inserção no mercado, ocupadas com trabalho doméstico não remunerado	Muito baixa	Majoritariamente racializadas

Fonte: Elaboração própria a partir de Cardoso e Hermeto (2021), PNAD (2015) e literatura especializada.

O quadro sintetiza como as desigualdades de classe e raça estruturam de forma hierárquica a inserção das mulheres no trabalho, delimitando quais grupos conseguem alcançar posições de maior prestígio e quais permanecem restritos ao trabalho precário ou não remunerado. A seguir, detalha-se o perfil dos jovens nem-nem inativos e apresenta-se a base de dados, para posteriormente verificar como tais padrões se expressam empiricamente.

3 BASE DE DADOS E CARACTERIZAÇÃO DESCRITIVA DO PERFIL DOS JOVENS NEM-NEM INATIVOS

3.1 TRATAMENTO DOS DADOS

Em 2024 a população brasileira era de 212,5 milhões de pessoas, sendo 18,5% de jovens nem-nem, e cerca de aproximadamente 14,5% de jovens nem-nem inativos, segundo dados divulgados pelo IBGE. A análise a partir dos dados dessa

parcela da população permite observar não apenas a magnitude do fenômeno, mas também a distribuição com diferenças significativas entre grupos sociais que compõem esse grupo.

A despeito da importância de caracterizar os díspares perfis dos nem-nem, como já mencionado em capítulo anterior, a necessidade de desagregar esse grupo entre jovens desocupados e jovens fora da força de trabalho é fundamental, permitindo identificar diferenças nos determinantes socioeconômicos associados a cada condição, evitando tratar o fenômeno como homogêneo. Por sua vez, apoiada nesse fator crucial, a pesquisa é focada nos jovens nem-nem inativos.

Construída a partir dos microdados da PNAD Contínua, a base de dados possui aproximadamente 3,2 milhões de observações e cerca de 20 variáveis selecionadas, estruturadas em formato de dados empilhados por ano. Para a estimação dos modelos, foram selecionadas apenas as variáveis diretamente relacionadas à probabilidade de o jovem encontrar-se na condição de nem-nem inativo. Em relação à variável dependente, ela foi construída de forma binária, assumindo valor igual a 1 quando o indivíduo, entre 15 e 29 anos, não frequentava escola, não estava ocupado e se encontrava fora da força de trabalho, e valor 0 nos demais casos.

Entre as variáveis explicativas, incorporaram-se características demográficas, socioeconômicas, territoriais e familiares. No plano demográfico, incluíram-se sexo, idade e idade ao quadrado, de modo a captar eventual não linearidade do ciclo etário sobre a probabilidade de inatividade. Também foi utilizada uma variável indicadora de raça, operacionalizada por meio de uma *dummy* para jovens brancos, tomando-se como categoria de comparação os não brancos.

No conjunto das características socioeconômicas, foram consideradas a escolaridade, medida em anos de estudo, e a renda domiciliar per capita, utilizada como proxy das condições materiais do domicílio. Em relação à dimensão territorial, incorporaram-se uma *dummy* para situação do domicílio rural e dummies para grandes regiões do país, com o objetivo de controlar heterogeneidades espaciais associadas à oferta de oportunidades educacionais e ocupacionais. Adicionalmente, foram incluídas dummies de ano, de modo a absorver variações conjunturais ao longo

do período 2017-2024.

Como eixo substantivo da análise, utilizou-se uma variável binária de cuidado, definida a partir da identificação de jovens que realizavam afazeres domésticos e tarefas de cuidado, buscando captar empiricamente a incidência do trabalho reprodutivo não remunerado. A especificação também incorporou a variável de condição familiar, com o objetivo de distinguir a posição ocupada pelo jovem no arranjo domiciliar. Por fim, para examinar heterogeneidades de gênero, foram estimados termos de interação entre cuidado e sexo, bem como entre condição familiar e sexo, permitindo verificar se o efeito das responsabilidades reprodutivas e da posição no domicílio se manifesta de forma diferenciada entre homens e mulheres.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO GRUPO

Na composição dos jovens nem-nem inativos ao longo do período analisado de 2017 a 2024, as mulheres representam cerca de 70% desse grupo (Tabela 1). Em 2020, houve um aumento relativo da participação masculina, compatível com o choque no mercado de trabalho durante a pandemia, ainda que a composição volte a se aproximar do padrão prévio nos anos subsequentes. Em termos raciais, verifica-se maior participação de jovens não brancos, que correspondem, em média, a aproximadamente dois terços dos nem-nem inativos. Áreas urbanas são territorialmente superiores, com participação média de 75%, e a escolaridade média apresenta baixa variação temporal, mantendo-se próxima a 10 anos de estudo, o que sugere relativa estabilidade no perfil educacional.

Tabela 1 - Evolução temporal detalhada do perfil dos jovens nem-nem inativos,

Brasil, 2017–2024

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Mulheres (%)	71,11	70,29	70,65	67,39	69,81	68,54	69,68	70,44	69,69
Homens (%)	28,89	29,71	29,35	32,61	30,19	31,46	30,32	29,56	30,31
Branços (%)	32,04	31,65	30,16	31,50	33,16	31,35	30,14	30,77	31,37
Não brancos (%)	67,96	68,35	69,84	68,50	66,84	68,65	69,86	69,23	68,63
Região urbana (%)	76,01	74,10	74	75,68	76,12	77,03	77,40	79,03	76,13
Região Rural (%)	23,99	25,90	26	24,32	23,88	22,97	22,60	20,97	23,87
Escolaridade média (anos)	9,53	9,68	9,78	9,99	10,07	10,03	10,14	10,21	11,02

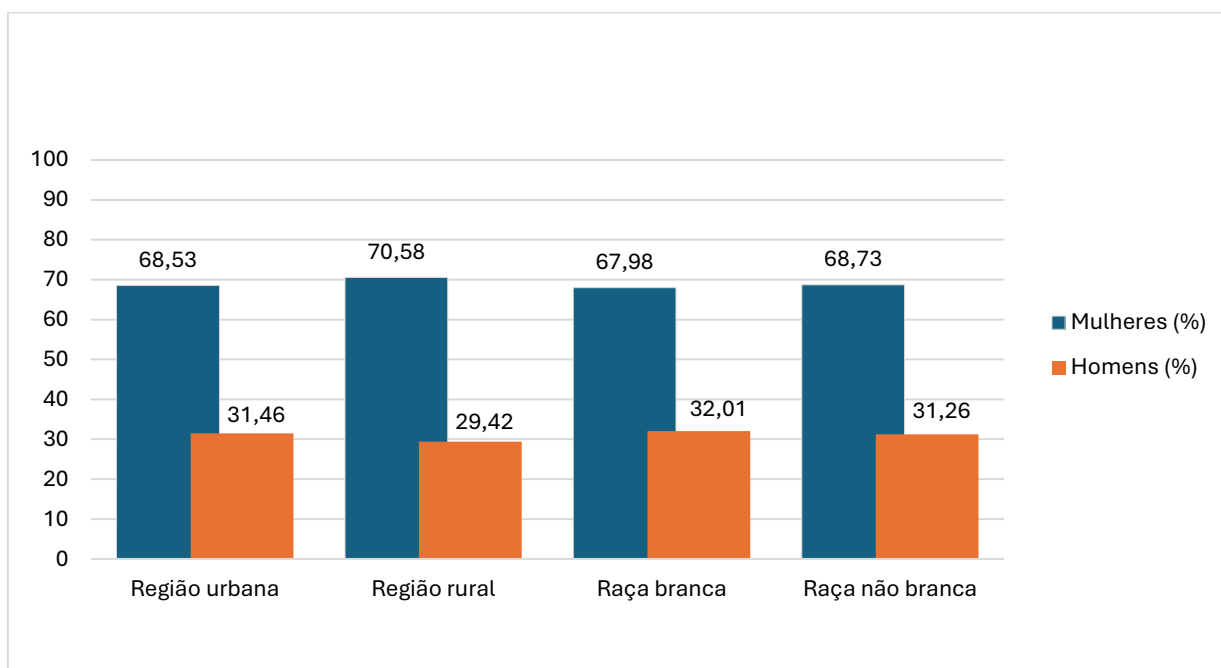
Fonte: PNAD Contínua (IBGE). Elaboração própria.

Nota: Estatísticas ponderadas pelos pesos amostrais.

O perfil médio observado ao longo da série temporal aponta padrões estruturais relativamente estáveis na composição desse contingente populacional (Gráfico 1). A análise das médias temporais indica que a participação feminina permanece majoritária em todos os recortes sociodemográficos considerados, situando-se próxima a 70% tanto nas distinções territoriais, 68,53% em áreas urbanas e 70,58% em áreas rurais, quanto nos recortes raciais; 67,98% entre jovens brancos e 68,73% entre jovens não brancos. Para fins desta análise, a categoria “não branca” corresponde ao agrupamento das populações autodeclaradas preta, parda e indígena, conforme classificação utilizada nas pesquisas domiciliares do IBGE.

Ainda que desigualdades raciais e territoriais também componham a estrutura desse grupo, as diferenças observadas entre esses subgrupos são relativamente menores quando comparadas ao hiato de gênero, apontando para a centralidade da dimensão na caracterização do grupo.

Gráfico 1 - Composição média (%) dos jovens nem-nem inativos segundo características sociodemográficas, Brasil, 2017–2024.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua (IBGE).

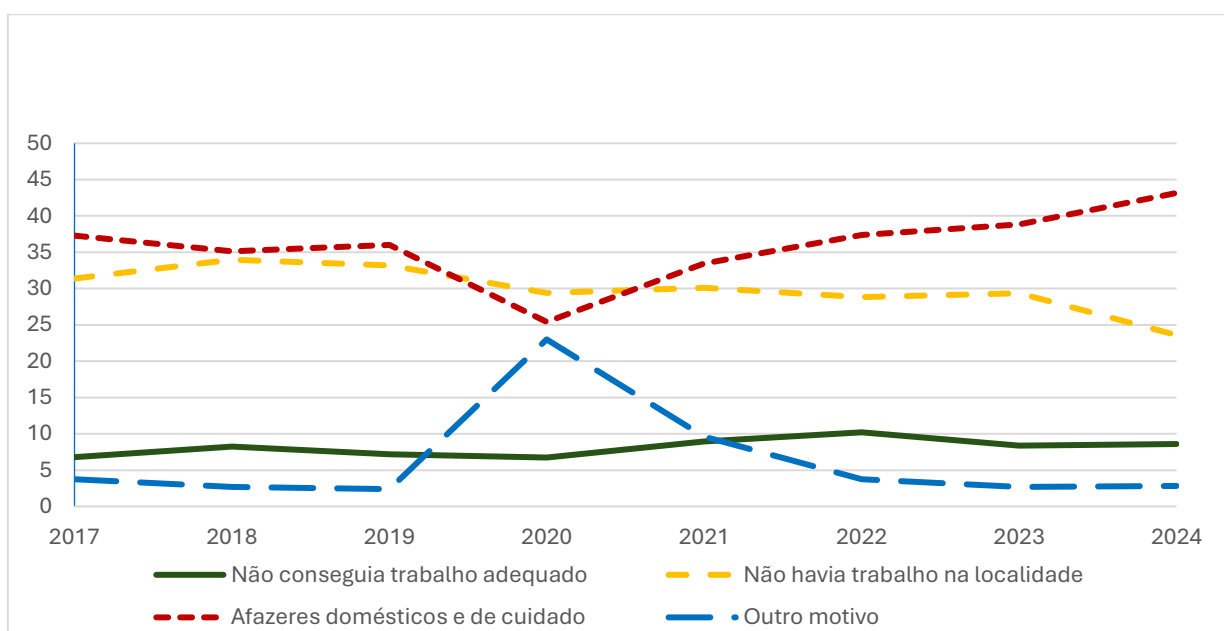
Nota: Média temporal das proporções anuais de cada característica condicionada.

A predominância feminina observada no gráfico 1 sugere a existência de fatores específicos que possam restringir a inserção laboral das mulheres nesse grupo de jovens fora da força de trabalho. As razões da inatividade podem ser avaliadas através dos motivos declarados para a não adoção de providências na busca por trabalho. Esses dados permitem o avanço da caracterização do perfil sociodemográfico para a compreensão dos condicionantes associados à permanência na inatividade.

O gráfico 2 apresenta a distribuição dos motivos entre mulheres nem-nem inativas que não tomaram providência para conseguir trabalho, sendo os “afazeres domésticos e tarefas de cuidado com pessoas”, que configura de forma consistente ao longo do período analisado, o principal motivo declarado para a não procura por trabalho. Em 2017, esse motivo correspondia a 37,3% das respostas, mantendo-se em patamar semelhante até 2019 (36,0%) e apresentando redução pontual em 2020 (25,41%), possivelmente associada às mudanças conjunturais observadas no período pandêmico. A partir de 2021, observa-se retomada e posterior crescimento contínuo, atingindo 43,16% em 2024, configurando o pico da série.

Fatores associados à dinâmica do mercado de trabalho, como ausência de vagas na localidade ou dificuldade de encontrar ocupação adequada apresentam tendência de estabilidade ou redução. A ausência de trabalho na localidade, que representava 31,38% em 2017, mantém trajetória relativamente estável até 2023, mas reduz-se de forma mais acentuada em 2024 (23,6%). De forma semelhante, a dificuldade em encontrar trabalho adequado permanece em patamar baixo ao longo de toda a série, oscilando entre aproximadamente 6% e 10%, sem apresentar tendência estrutural de crescimento. O motivo classificado como “outro” apresenta comportamento atípico, com pico expressivo em 2020 (23%), seguido de queda acentuada nos anos subsequentes, retornando a níveis próximos aos observados no período pré-pandemia (em torno de 2% a 4%). Esse movimento sugere a presença de fatores específicos naquele ano, que não se sustentaram no período posterior.

Gráfico 2 - Motivos de mulheres nem-nem inativas não ter tomado providência para conseguir trabalho no período de referência (%). Brasil, 2017-2024.



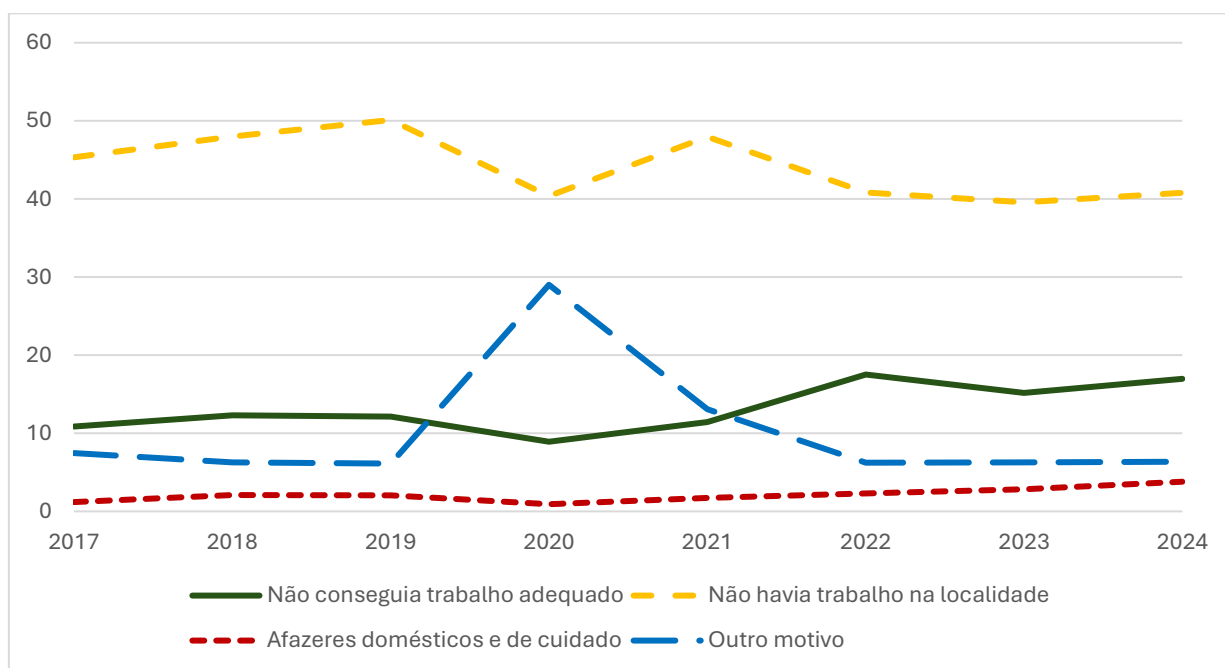
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua (IBGE).

A análise desses resultados torna-se ainda mais relevante quando comparada aos motivos declarados pelos homens na mesma condição (Gráfico 3), permitindo avaliar em que medida os determinantes da inatividade assumem configurações distintas. Ao longo do período analisado, o principal motivo para a não busca por trabalho entre os homens é a ausência de oportunidades laborais na localidade, com

valores sistematicamente elevados, variando aproximadamente entre 39% e 50%, seguido do motivo “não conseguia trabalho adequado” que apresenta crescimento moderado ao longo do período, passando de aproximadamente 10% em 2017 para cerca de 17% em 2024. O motivo classificado como “outro” apresenta comportamento mais volátil, com pico expressivo em 2020 (29,01%), possivelmente associado ao contexto específico do período.

Em contraste, a justificativa relacionada aos afazeres domésticos e tarefas de cuidado apresenta participação residual entre os homens, mantendo-se abaixo de 4% em praticamente toda a série histórica.

Gráfico 3 - Motivos de homens nem-nem inativos não ter tomado providência para conseguir trabalho no período de referência (%). Brasil, 2017-2024.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua (IBGE).

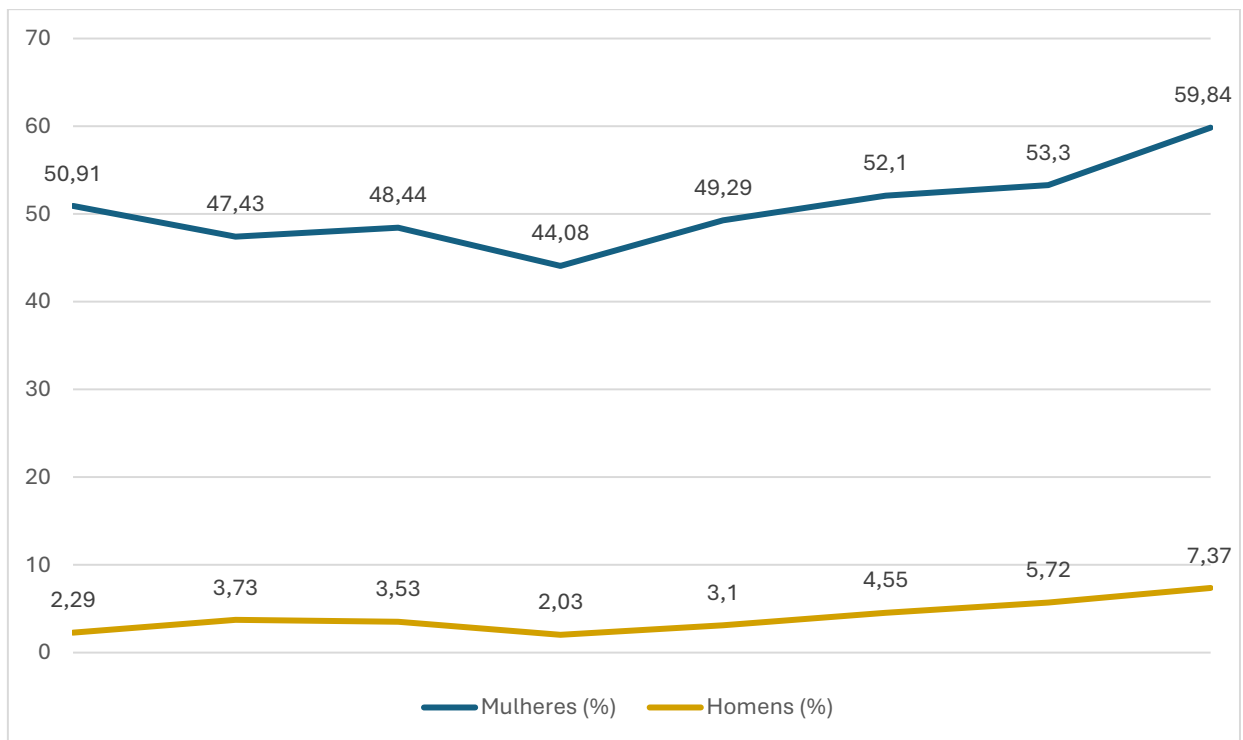
A assimetria de gênero na explicação da condição de inatividade entre os nem-nem é mais bem observada no gráfico 4⁶, em que a proporção de mulheres que declararam afazeres domésticos e de cuidado de pessoas como principal razão de inatividade permanece elevada, sempre orbitando algo entre aproximadamente 44%

⁶ As proporções foram calculadas separadamente para mulheres e para homens com estatísticas ponderadas pelos pesos amostrais da PNAD Contínua.

e 60%. A partir de 2021, observa-se uma trajetória ascendente contínua, culminando em 59,84% em 2024.

Em relação aos homens o padrão é o inverso, os valores são muito baixos em toda a série (entre cerca de 2% e 7%), embora exista tendência clara de crescimento a partir de 2021. Apesar disso, a distância relativa não diminui, demonstrando essa diferença média entre os dois grupos como estrutural, não conjuntural. Mesmo com choques macroeconômicos, mudanças no ciclo de emprego e o efeito da pandemia, o padrão de gênero permanece.

Gráfico 4 - Proporção (%) de jovens nem-nem inativos que declararam afazeres domésticos e cuidado de pessoas como principal motivo de inatividade, segundo sexo. Brasil, 2017-2024.



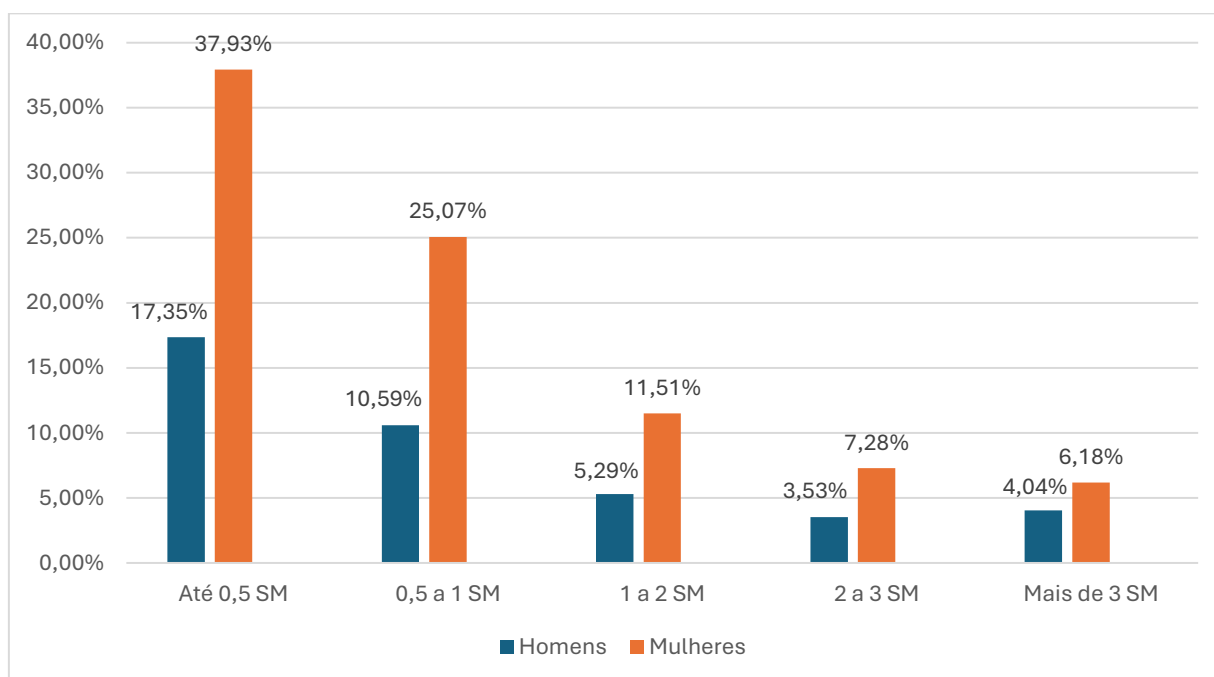
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua (IBGE).

Para concluir, uma média da proporção dos jovens nem-nem inativos brasileiros segundo faixas de renda domiciliar per capita com desagregação por sexo é apresentada no gráfico 5. Os dados expressam uma clara concentração desse grupo nas faixas de menor renda, representando o maior nível observado em toda a distribuição de renda. A proporção do grupo atinge 17,35% entre homens e 37,93%

entre mulheres na faixa de até meio salário mínimo⁷. Na faixa seguinte, de 0,5 a 1 salário mínimo per capita, as proporções permanecem elevadas, alcançando 10,59% entre homens e 25,07% entre mulheres.

A redução é progressiva à medida que a renda domiciliar per capita aumenta para ambos os sexos. Na faixa entre 1 e 2 salários mínimos, as proporções caem para 5,29% entre homens e 11,51% entre mulheres. Entre 2 e 3 salários mínimos, os valores se reduzem ainda mais, atingindo 3,53% entre homens e 7,28% entre mulheres. Na faixa acima de 3 salários mínimos per capita, observa-se leve estabilização em níveis baixos, com 4,04% entre homens e 6,18% entre mulheres.

Gráfico 5 - Proporção média (%) dos jovens nem-nem inativos segundo renda domiciliar per capita, por sexo. Brasil, 2017-2024.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua (IBGE).

Nota: Valores deflacionados com base no IPCA utilizando o ano-base 2024. Faixas de renda construídas a partir da conversão em múltiplos do salário mínimo vigente em cada ano.

Essa concentração é sistematicamente mais intensa entre mulheres em todas as faixas de renda analisadas, evidenciando maior vulnerabilidade feminina à condição de inatividade. Em conjunto com os resultados apresentados anteriormente

⁷ A utilização do salário mínimo como referência analítica permite aproximar a análise das condições materiais efetivas de reprodução social, sendo particularmente relevante para estudos ancorados na literatura de economia do cuidado.

sobre os motivos de inatividade relacionados aos afazeres domésticos, esses achados sugerem a presença de um conjunto de mecanismos estruturais que reforçam desigualdades de gênero no acesso à educação e ao mercado de trabalho, particularmente em contextos de maior restrição econômica.

4 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Este capítulo apresenta a estratégia empírica adotada para examinar como diferentes dimensões socioeconômicas e de gênero se associam à probabilidade de jovens encontrarem-se na condição de nem-nem inativos. O objetivo central não é apenas modelar a ocorrência do evento, mas investigar como determinadas variáveis, especialmente aquelas relacionadas ao trabalho de cuidado e à estrutura familiar, alteram probabilidades condicionais de inatividade juvenil.

Conforme argumentam Freire e Saboia (2021), a categoria “nem-nem” não deve ser tratada de forma homogênea, sendo fundamental distinguir entre jovens desocupados e jovens fora da força de trabalho. Esses grupos expressam dinâmicas distintas: enquanto os desocupados mantêm vínculo ativo com o mercado por meio da busca por trabalho, os inativos encontram-se afastados tanto da educação quanto do mercado laboral. Dada a hipótese desta pesquisa, segundo a qual a inatividade juvenil feminina está associada a restrições estruturais vinculadas à divisão sexual do trabalho, a análise concentra-se especificamente no subgrupo dos nem-nem inativos.

4.1 LOGIT BINÁRIO

Dada a natureza dicotômica da variável dependente, que assume valor igual a 1 quando o jovem se encontra na condição de nem-nem inativo e 0 caso contrário, optou-se pela utilização dessa metodologia. Conforme destacado por Greene (2018), modelos logit constituem ferramentas analíticas centrais para a análise de decisões individuais e estados binários, sendo particularmente adequados quando o objetivo é modelar probabilidades condicionais associadas à ocorrência de um determinado evento.

Formalmente, parte-se da seguinte especificação:

$$Y_i = \begin{cases} 1, & \text{se o jovem } i \text{ é nem-nem inativo} \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

A probabilidade condicional de ocorrência do evento é dada por:

$$P(Y_i=1|X_i) = \Lambda(X_i'\beta) = \frac{e^{X_i'\beta}}{1+e^{X_i'\beta}}$$

em que X_i representa o vetor de variáveis explicativas e β o vetor de parâmetros a serem estimados. A função logística $\Lambda(\cdot)$ assegura que as probabilidades estimadas estejam restritas ao intervalo $(0,1)$, superando a limitação do modelo de probabilidade linear. Equivalentemente, o modelo pode ser expresso na forma linear das chances (log-odds):

$$\ln \left(\frac{P(Y_i=1|X_i)}{1-P(Y_i=1|X_i)} \right) = X_i'\beta$$

No presente estudo, o vetor X_i inclui variáveis demográficas (sexo, idade e raça), variáveis de capital humano (anos de estudo), variáveis socioeconômicas (rendimento domiciliar per capita), características territoriais (região e situação do domicílio), condição familiar e indicador de realização de atividades de cuidado.

A idade foi incluída na especificação juntamente com seu termo quadrático, de modo a permitir a identificação de possíveis não linearidades na relação entre ciclo etário e probabilidade de inatividade juvenil. Considerando que a transição escola-trabalho não ocorre de forma linear ao longo da faixa etária de 15 a 29 anos, a inclusão do termo quadrático evita a imposição de efeito marginal constante da idade sobre o logaritmo das chances e, conseqüentemente, sobre a probabilidade estimada. Dada a presença do termo quadrático, a interpretação substantiva do efeito da idade é realizada por meio dos efeitos marginais médios, e não pela razão de chances associada ao termo linear isoladamente.

Como foi anteriormente visto, sob a perspectiva da economia do cuidado, a alocação desigual de responsabilidades domésticas constitui um mecanismo central de reprodução das desigualdades de gênero. Para captar essa dimensão, inclui-se no

modelo uma variável indicadora de realização de atividades de cuidado e um termo de interação entre cuidado e sexo, permitindo identificar se o impacto dessas responsabilidades difere entre homens e mulheres.

Os coeficientes estimados no modelo logit representam variações no logaritmo das chances condicionais de ocorrência do evento. Para facilitar a interpretação substantiva, os resultados são apresentados sob duas métricas complementares. Reportam-se as razões de chance (odds ratios), obtidas por e^β , que indicam o fator multiplicativo nas chances condicionais de estar na condição de nem-nem inativo diante de variações nas covariáveis.

São estimados efeitos marginais médios (AME), definidos como a média amostral das derivadas parciais da função logística em relação às covariáveis, dadas por:

$$\frac{\partial P(Y_i=1|X_i)}{\partial X_{ik}} = \Lambda(X_i'\beta)[1-\Lambda(X_i'\beta)]\beta_k$$

Esses efeitos permitem interpretar os resultados em termos de variação direta na probabilidade associada a mudanças nas características individuais.

São estimadas três especificações complementares do modelo logit binário. A primeira constitui o modelo base, que permite estimar os efeitos médios das variáveis sobre a probabilidade de o jovem encontrar-se na condição de nem-nem inativo. Ou seja, temos que:

$$Pr(Y_i=1) = \Lambda(\alpha + \delta_i + \beta_1 Mulher_i + \beta_2 Cuidado_i + \beta_3 (Cuidado_i \times Mulher_i) + \beta_4 CondFami_i + \gamma' Z_i) \quad (1)$$

em que Y_i assume valor igual a 1 quando nem-nem inativo, e 0 caso contrário. A função $\Lambda(\cdot)$ representa a função logística, que garante que as probabilidades estimadas permaneçam no intervalo entre zero e um. A variável $Mulher_i$ corresponde ao indicador de sexo, $Cuidado_i$ identifica a realização de tarefas domésticas ou de cuidado, e o termo de interação $(Cuidado_i \times Mulher_i)$ permite que o impacto do cuidado sobre a probabilidade de inatividade seja diferenciado por gênero. A variável $CondFami_i$ representa a condição familiar do jovem no domicílio. O vetor Z_i agrega

os controles adicionais incluídos na especificação, tais como idade, escolaridade, renda domiciliar per capita e seu termo quadrático, raça, região geográfica, situação do domicílio (urbano ou rural) e dummies de ano. O vetor γ' contém os parâmetros associados a esses controles.

Na segunda especificação, mantém-se a estrutura do modelo anterior, porém a análise é restrita à subamostra de indivíduos pertencentes a arranjos familiares específicos, nos quais somente há a presença simultânea de mulher e homem em posições de chefe no domicílio, conforme captado pela variável de condição familiar. Assim, temos que:

$$P(Y_i=1|X_i)=\Lambda(\beta_0+\beta_1Mulher_i+\beta_2Cuidado_i+\beta_3(Cuidado_i \times Mulher_i)+\gamma'Z_i) \quad (2)$$

A diferença fundamental reside na necessidade de tornar a comparação entre homens e mulheres mais homogênea do ponto de vista da posição no domicílio. Ao restringir a amostra a esse conjunto específico no arranjo familiar, busca-se garantir maior comparabilidade entre os indivíduos.

E por último, temos o modelo 3, cuja estimação tem como objetivo aprofundar a análise restringindo a amostra exclusivamente ao grupo feminino. No modelo anterior, embora a restrição amostral aumente a comparabilidade, a categoria “mulheres” ainda é tratada de forma homogênea. Para além da análise de diferenças de gênero, o modelo 3 observa as diferenças intragênero nas posições domiciliares de cônjuge e chefe de domicílio, representado por:

$$P(Y_i=1|X_i)=\Lambda(\beta_0+\beta_1Chefe_i+\beta_2Cuidado_i+\beta_3(Cuidado_i \times Chefe_i)+\gamma'Z_i) \quad (3)$$

As estimações utilizam os pesos amostrais da pesquisa, garantindo representatividade estatística da amostra em relação à população brasileira. Ressalta-se que o modelo identifica associações condicionais entre as variáveis explicativas e a probabilidade de inatividade do grupo analisado, não sendo interpretado como modelo estrutural de causalidade. Ainda assim, a especificação adotada permite evidenciar padrões sistemáticos de desigualdade, onde a inclusão das variáveis de cuidado e das interações por sexo deriva da compreensão de que normas de gênero operam como instituições informais que moldam a alocação de tempo e que podem

restringir oportunidades femininas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados dos modelos estimados para examinar a associação entre afazeres domésticos e tarefas de cuidado, estrutura familiar e a probabilidade de inatividade juvenil.

5.1 MODELO 1

Os efeitos marginais médios, seus respectivos erros-padrões das variáveis incluídas no modelo, e as razões de chances são apresentadas na Tabela 2. Na parte inferior da tabela constam as estatísticas de ajuste do modelo, incluindo pseudo R^2 , teste da razão de verossimilhança e número de observações.

Em relação à realização de afazeres domésticos e tarefas de cuidado, os resultados indicam que constitui o principal determinante associado à inatividade juvenil. O efeito marginal estimado aponta aumento de 17,5 pontos percentuais na probabilidade de o jovem encontrar-se fora da escola e da força de trabalho ($p < 0,01$). A razão de chances correspondente indicou que a realização de cuidado mais que triplica as chances condicionais de inatividade, mantendo constantes as demais variáveis do modelo.

A desagregação por sexo, derivada da interação incluída na especificação, evidencia que o impacto do cuidado é superior entre mulheres, 19,5 p.p.. Já entre os homens a probabilidade foi de 14,8 p.p.. Embora positivo e estatisticamente significativo para ambos os grupos, o diferencial observado sugere maior sensibilidade da trajetória feminina à alocação doméstica de tempo, resultado consistente com a evidência descritiva apresentada anteriormente.

As diferenças regionais também se mostram estatisticamente relevantes. Tomando a região Norte (N) como categoria de referência, observa-se maior probabilidade de inatividade nas regiões Nordeste (NE) e Sudeste (SE), enquanto o Sul (S) apresenta efeito negativo e significativo, indicando menor probabilidade relativa. A região Centro-Oeste (CO) apresenta diferença de menor magnitude. A heterogeneidade

territorial evidenciada na incidência da condição de nem-nem inativo pode ser compatível com desigualdades estruturais no acesso a oportunidades educacionais e ocupacionais entre macrorregiões brasileiras.

No que se refere às características socioeconômicas, observa-se que a escolaridade reduz significativamente a probabilidade de inatividade. Cada ano adicional de estudo está associado a uma redução média de 1,9 ponto percentual (OR = 0,851), evidenciando efeito protetivo robusto do capital humano. A renda domiciliar per capita também apresenta associação negativa e estatisticamente significativa, ainda que de pequena magnitude marginal.

A idade aponta relação não linear com a probabilidade de inatividade, conforme evidenciado pela inclusão do termo quadrático. Embora o *odds ratio* associado ao termo linear seja elevado, 11,635, sua interpretação isolada não é substantivamente adequada, uma vez que o efeito marginal da idade depende simultaneamente do coeficiente do termo quadrático (OR = 0,953). A combinação dos dois termos indica que a probabilidade de inatividade cresce em determinados segmentos da faixa etária analisada, mas a uma taxa decrescente, sugerindo efeito de concavidade ao longo do ciclo juvenil. A literatura frequentemente permite não linearidade do efeito da idade sobre o status dos jovens desse grupo, seja por meio da inclusão de um termo quadrático (idade^2) em modelos logit/probit (Holmes, 2021) ou pela modelagem por faixas etárias. Seguindo essa prática, inclui-se idade e idade^2 para captar eventuais mudanças no gradiente etário ao longo do ciclo juvenil.

Em relação aos demais controles, jovens brancos apresentam menor probabilidade de inatividade quando comparados aos não brancos, reduzindo as chances em 8,1%, em relação aos não brancos. A residência em área rural praticamente duplica as chances de inatividade (OR = 1,963).

Tabela 2 – Efeitos marginais médios e razões de chance para a probabilidade de jovens estarem na condição de nem-nem inativos, Brasil, 2017–2024 (Modelo 1).

Variáveis	E.M.	E.P.	Odds Ratio
Gênero			
Masculino	Ref.	Ref.	Ref.
Feminino	0,008***	0,000	1,014***
Cor ou raça			
Não branca	Ref.	Ref.	Ref.
Branca	-0,010***	0,000	0,919***
Afazeres domésticos/cuidado			
Não	Ref.	Ref.	Ref.
Sim	0,175***	0,000	3,116***
Idade (anos)	0,057***	0,000	11,635***
Idade ²			0,953***
Renda domiciliar per capita	-0,00004***	0,000	0,999***
Anos de estudo	-0,019***	0,000	0,851***
Região			
Região 1 (N)	Ref.	Ref.	Ref.
Região 2 (NE)	0,040***	0,000	1,399***
Região 3 (SE)	0,024***	0,000	1,216***
Região 4 (S)	-0,013***	0,000	0,895***
Região 5 (CO)	0,001*	0,000	1,007*
Situação do domicílio			
Urbano	Ref.	Ref.	Ref.
Rural	0,082***	0,000	1,963***
Condição familiar			
Categoria 1	Ref.	Ref.	Ref.
Categoria 2	0,051***	0,000	1,512***
Categoria 3	-0,049***	0,000	0,680***
Efeitos marginais de cuidado por sexo (derivados da interação)			
Cuidado – Homens	0,148***	0,000	Ref.
Cuidado – Mulheres	0,195***	0,000	1,489***
Observações	50.824		
Pseudo R ²	0,446		
Prob > χ^2	0,000		
LR $\chi^2(22)$	1,37e+07		

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: E.M. = Efeitos marginais médios. E.P. = Erro-padrão. *** p<0,01; ** p<0,05; * p<0,10.

O conjunto das variáveis incluídas apresenta elevada significância estatística conjunta, conforme evidenciado pelo teste da razão de verossimilhança (p<0,01), sinalizando que a especificação contribui de forma consistente para explicar a probabilidade de inatividade juvenil. Embora o pseudo R² de 0,446 não seja

diretamente comparável ao coeficiente de determinação de modelos lineares, seu valor sugere capacidade explicativa relevante para um modelo logit estimado com microdados individuais. Entre os determinantes analisados, a realização de tarefas domésticas e de cuidado destaca-se como o fator de maior magnitude associado à condição de nem-nem inativo, especialmente entre mulheres, reforçando a centralidade do trabalho reprodutivo na compreensão do fenômeno. Contudo, mesmo após o controle por esse indicador, o coeficiente associado ao sexo feminino permanece positivo e estatisticamente significativo, indicando que o cuidado explica parcela substantiva da desigualdade de gênero observada e sugerindo a presença de mecanismos adicionais associados ao marcador de gênero que não são plenamente capturados pela especificação. Esses resultados motivam a ampliação da análise no Modelo 2, que incorpora interações adicionais entre condição familiar e sexo, a fim de investigar se os arranjos domiciliares modulam de forma diferenciada a probabilidade de inatividade entre gêneros.

5.2 MODELO 2

A segunda especificação do modelo logit (Tabela 3) mantém a estrutura básica do modelo anterior, mas restringe a análise à subamostra de homens e mulheres inseridos em arranjos familiares específicos, identificados pela condição chefe de domicílio. Nesse recorte, o objetivo central é examinar se o efeito da realização de afazeres domésticos e atividades de cuidado sobre a probabilidade de o jovem encontrar-se na condição de nem-nem inativo varia entre os sexos. Para isso, introduz-se um termo de interação entre cuidado e sexo, permitindo testar a existência de heterogeneidade de gênero no impacto do trabalho reprodutivo, sem alterar o conjunto de controles demográficos, educacionais, socioeconômicos e territoriais.

Em primeiro plano, temos resultados que evidenciam que a realização de afazeres domésticos e atividades de cuidado permanece como um dos principais determinantes da condição de nem-nem inativo também nessa subamostra. O efeito marginal médio associado à variável de cuidado é de 0,132, o que indica aumento de 13,2 pontos percentuais na probabilidade de inatividade entre os jovens que realizam esse tipo de atividade, mantidas constantes as demais covariáveis. Em termos de razão de chances, o resultado é ainda mais expressivo: o exercício dessas atividades está associado a uma chance 5,068 vezes maior de o jovem estar na condição de

nem-nem inativo.

No que se refere ao diferencial por sexo, observa-se que entre os chefes de domicílio o grupo feminino apresenta probabilidade superior de inatividade em relação ao masculino. O efeito marginal estimado para a categoria feminina é de 0,256, sugerindo que, *ceteris paribus*, ser mulher eleva em 25,6 pontos percentuais a probabilidade de estar na condição de nem-nem inativo, ao passo que a razão de chances estimada é de 1,391. Esse resultado é consistente com a persistência de assimetrias de gênero na distribuição do trabalho doméstico e de cuidado, ainda que os indivíduos estejam inseridos em um mesmo tipo de arranjo familiar.

Os efeitos marginais derivados da interação entre cuidado e sexo indicam que o cuidado aumenta a probabilidade de inatividade para ambos os grupos, mas com magnitudes distintas. Entre os homens, o efeito marginal é de 0,156, correspondente a um aumento de 15,6 pontos percentuais na probabilidade de inatividade. Entre as mulheres, o efeito estimado é de 0,128, ou 12,8 pontos percentuais. Assim, embora o cuidado atue como fator de ampliação da inatividade para ambos os sexos, os resultados apresentam que seu efeito marginal é mais um pouco maior entre os homens.

No que se refere às demais covariáveis (escolaridade, renda, raça e região), o Modelo 2 preserva o mesmo conjunto básico de controles do modelo 1, permitindo avaliar o efeito da interação entre cuidado e sexo sem alterar a estrutura fundamental da especificação. Ainda que a restrição amostral e a introdução do termo interativo possam modificar as magnitudes estimadas, os resultados mantêm, em geral, a direção esperada dos efeitos. O modelo apresenta pseudo R^2 de 0,3210 e teste da razão de verossimilhança estatisticamente significativo, indicando desempenho explicativo satisfatório para a especificação adotada.

Tabela 3 – Efeitos marginais médios e razões de chance para a probabilidade de jovens estarem na condição de nem-nem inativos (Modelo 2).

Variáveis	E.M.	E.P.	Odds Ratio
Gênero			
Masculino	Ref.	Ref.	Ref.
Feminino	0,256***	0,006	1,391***
Cor ou raça			
Não branca	Ref.	Ref.	Ref.
Branca	-0,001***	0,004	0,985***
Afazeres domésticos/cuidado			
Não	Ref.	Ref.	Ref.
Sim	0,132***	0,000	5,068***
Idade (anos)	0,019***	0,000	4,609***
Idade ²			0,972***
Renda domiciliar per capita	-0,000***	0,000	0,999***
Anos de estudo	-0,023***	0,000	0,852***
Região			
Região 1 (N)	Ref.	Ref.	Ref.
Região 2 (NE)	0,049***	0,000	1,756***
Região 3 (SE)	0,051***	0,000	1,811***
Região 4 (S)	0,023***	0,000	1,284***
Região 5 (CO)	0,185***	0,000	1,215***
Situação do domicílio			
Urbano	Ref.	Ref.	Ref.
Rural	0,056***	0,000	2,064***
Efeitos marginais de cuidado por sexo (derivados da interação)			
Cuidado – Homens	0,156***	0,001	Ref.
Cuidado – Mulheres	0,128***	0,000	0,916***
Observações	7.354		
Pseudo R ²	0,3210		
Prob > χ^2	0,0000		
LR $\chi^2(22)$	904143.88		

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: E.M. = Efeitos marginais médios; E.P. = Erro-padrão. *** p<0,01; ** p<0,05; * p<0,10.

O recorte adotado no modelo 2, centrado na comparação apenas entre chefes homens e chefes mulheres, decorre de uma restrição empírica da base de dados. Embora fosse desejável ampliar a comparação para outras posições no domicílio, a subamostra de homens cônjuges classificados como nem-nem inativos e que declararam realização de afazeres domésticos e atividades de cuidado com pessoas como razão de não procurar trabalho, mostrou-se muito pequena, comprometendo a

robustez estatística das estimativas. Dessa forma, em razão da baixa frequência observada desse grupo optou-se por concentrar a comparação entre homens e mulheres na condição de responsável.

5.3 MODELO 3

Enquanto isso, a estimação do modelo seguinte (Tabela 4) foi motivada pela necessidade de aprofundar a análise ao grupo feminino, restringindo a amostra ao grupo de mulheres chefes de domicílio e mulheres cônjuges. Essa especificação permite investigar se a posição ocupada no domicílio altera o impacto das atividades de cuidado sobre a probabilidade de inatividade captando diferenças intragênero, ou seja, enquanto no modelo anterior foi possível observar os resultados entre homens e mulheres, aqui passamos a examinar no interior do próprio grupo feminino.

Os resultados confirmam a robustez do padrão identificado anteriormente. A realização de afazeres domésticos e tarefas de cuidado com pessoas permanece como importante determinante da condição de nem-nem inativa. O efeito marginal médio estimado é de 0,220, indicando aumento de 22,0 p.p. na probabilidade de inatividade entre as mulheres que realizam esse tipo de atividade, ao passo que a razão de chances indica que o exercício de atividades reprodutivas está associado a uma chance 5,927 vezes maior de a jovem estar na condição de nem-nem inativa.

No que se refere à posição no domicílio, tomando-se as mulheres cônjuges como categoria de referência, observa-se que as mulheres chefes apresentam aumento médio de 3,2 p.p na probabilidade de inatividade, com razão de chances de 1,198. Esse resultado sugere que a condição de chefia, no interior do grupo feminino, não se traduz automaticamente em maior inserção produtiva.

Os efeitos marginais derivados da interação entre cuidado e posição no domicílio mostram que o impacto do cuidado permanece positivo e semelhantes para ambos os grupos. Entre as mulheres cônjuges, o efeito marginal estimado é de 22,7 p.p., enquanto entre as mulheres chefes o efeito corresponde a 20,1 p.p.; valores que indicam uma ligeira intensidade maior entre cônjuges.

As demais covariáveis apresentam-se coerentes com o padrão observado nos modelos anteriores. A condição de mulher branca associa-se à menor probabilidade

de inatividade, enquanto renda domiciliar per capita e anos de estudo atuam como fatores de redução dessa condição, sendo particularmente importante o efeito da escolaridade. A idade apresenta efeito positivo, ao passo que seu termo quadrático indica a presença de não linearidade. Regionalmente, tomando-se o Norte como referência, as demais macrorregiões exibem probabilidade superior de inatividade, ainda que com magnitudes distintas. Já a residência em área rural segue associada a maior probabilidade, com efeito marginal de 9,2 p.p. e razão de chances de 2,231.

Tabela 4 – Efeitos marginais médios e razões de chance estimado para mulheres cônjuges e chefes do domicílio para a probabilidade de jovens estarem na condição de nem-nem inativos, Brasil, 2017–2024 (Modelo 3).

Variáveis	E.M.	E.P.	Odds Ratio
Posição no domicílio			
Mulher Cônjuge	Ref.	Ref.	Ref.
Mulher Chefe	0,032***	0,000	1,198***
Cor ou raça			
Não branca	Ref.	Ref.	Ref.
Branca	-0,004***	0,000	0,959***
Afazeress domésticos/cuidado			
Não	Ref.	Ref.	Ref.
Sim	0,220***	0,000	5,927***
Idade (anos)	0,051***	0,000	10,279***
Idade ²			0,955***
Renda domiciliar per capita	-0,000***	0,000	0,999***
Anos de estudo	-0,018***	0,000	0,848***
Região			
Região 1 (N)	Ref.	Ref.	Ref.
Região 2 (NE)	0,048***	0,000	1,514***
Região 3 (SE)	0,029***	0,000	1,282***
Região 4 (S)	0,013***	0,000	1,124***
Região 5 (CO)	0,012***	0,000	1,115***
Situação do domicílio			
Urbano	Ref.	Ref.	Ref.
Rural	0,092***	0,000	2,231***
Efeitos marginais de cuidado por posição no domicílio (derivados da interação)			
Cuidado – Cônjuge	0,227***	0,000	Ref.
Cuidado – Chefe	0,201***	0,000	1,130***
Observações	31.328		
Pseudo R ²	0,4450		
Prob > χ^2	0,0000		
LR $\chi^2(22)$	8413700.60		

Fonte: Resultados da pesquisa. Nota: E.M. = Efeitos marginais médios; E.P. = Erro-padrão. ***

$p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,10$.

Em conjunto, esse modelo permite avançar em relação ao modelo anterior ao nos mostrar que existem resultados diferentes que não se esgotam somente na comparação entre homens e mulheres. E que entre todas as especificações, o cuidado permanece como dimensão explicativa da hipótese central.

Diante disso, a subseção seguinte aprofunda a interpretação desses achados à luz da literatura aqui trabalhada, buscando discutir seus significados substantivos e suas implicações analíticas.

5.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos modelos estimados, pôde-se verificar que mesmo após o controle por características demográficas, educacionais, territoriais e socioeconômicas, indivíduos envolvidos em atividades de cuidado apresentam probabilidade substancialmente maior de inatividade, resultado que permanece praticamente inalterado entre ambos os modelos. Tal persistência empírica sugere que o cuidado atua menos como característica circunstancial e mais como restrição efetiva à oferta de trabalho.

A introdução das interações entre cuidado e sexo permite demonstrar precisamente essa dimensão relacional. Isso aponta que a relevância dos efeitos marginais estimados para homens e mulheres evidencia que, embora o cuidado produza impacto ampliador da probabilidade de inatividade de ambos os sexos, sua incidência é mais intensa entre as mulheres. Indicando a permanência da divisão sexual do trabalho como princípio organizador do cuidado como atividade. Esse deslocamento concentrado às mulheres acaba traduzindo-se em perda de oportunidades ocupacionais, menor inserção laboral e maior exposição à vulnerabilidade econômica. Como visto no relatório do Ipea sobre a Economia do Cuidado, a designação prioritária das mulheres à esfera reprodutiva constitui elemento estruturante das desigualdades de gênero, uma vez que limita trajetórias profissionais e condiciona padrões diferenciados de inserção econômica (IPEA, 2016).

O modelo 2 responde a uma hipótese substantiva e a uma preocupação

econométrica, em relação à interação do sexo com condição familiar: se a família é uma instituição na qual se materializam assimetrias de poder e responsabilidades reprodutivas (Agarwal, 1997), então a mesma posição formal no domicílio (pessoa responsável, cônjuge, filho(a) etc.) não deve ter implicações simétricas para homens e mulheres. Em termos de modelagem, essa hipótese não pode ser testada apenas com efeitos aditivos, pois eles pressupõem homogeneidade. Por isso, o Modelo 2 permite identificar heterogeneidade de efeitos ao estimar diretamente a variação do efeito da condição familiar conforme o sexo. Essa estratégia dialoga com a literatura que concebe o domicílio como arena de barganha e de hierarquias intrafamiliares, na qual normas de gênero e recursos condicionam a divisão do trabalho reprodutivo e, portanto, a inserção no trabalho remunerado.

Os resultados obtidos são especialmente relevantes porque permitem requalificar um padrão já observado, Freire e Saboia (2021), ao separarem os nem-nem em inativos e desocupados, mostram que os determinantes dos inativos são distintos e fortemente marcados por características familiares (com maior incidência entre mulheres e em contextos domiciliares específicos, por exemplo, arranjos conjugais), o que sinaliza que a inatividade juvenil feminina não pode ser lida como fenômeno homogêneo. Estimar o modelo para todos os jovens, inativos e desocupados, implicaria misturar processos economicamente distintos, desemprego e não participação, reduzindo a interpretação dos coeficientes.

Relembrando Cardoso e Hermeto (2021), que detalham o perfil de atividade e destacam a centralidade dos afazeres domésticos e da busca por trabalho para distinguir subgrupos de jovens fora de estudo e trabalho, reforça-se que o componente doméstico/reprodutivo é um eixo fundamental para compreender a permanência na inatividade. Aqui avançamos ao deslocar a leitura do “contexto familiar” para o mecanismo, i.e, ao permitir que o efeito da posição familiar varie por sexo. A associação entre conjugalidade/posição no domicílio e inatividade não deve ser interpretada como efeito “direto” do status familiar, mas como compatível com um canal no qual arranjos familiares funcionam como estrutura de exposição ao cuidado, e o cuidado em si é o que restringe a inserção ativa feminina.

Em relação ao modelo 2, percebe-se que a condição de responsável no

domicílio pode ser útil para mapear arranjos e hierarquias demográficas, mas insuficiente para captar, por si só, a intensidade e a centralidade das responsabilidades reprodutivas que recaem sobre cada membro. Esse limite é particularmente importante em interpretações de interação, duas pessoas classificadas como “cônjuge”, por exemplo, podem experimentar cargas radicalmente distintas de trabalho doméstico e cuidado conforme o sexo, justamente porque a divisão sexual do trabalho opera no nível relacional e normativo. Portanto o modelo estimado pode não encontrar, necessariamente, uma penalização feminina automática associada apenas ao rótulo domiciliar. Dessa forma, esse resultado não deve ser lido apressadamente como evidência de maior sobrecarga masculina de cuidado. Como vimos, na forma como a variável é operacionalizada, capta-se uma medida agregada e dicotômica, que não distingue intensidade, frequência nem a composição qualitativa das tarefas realizadas.

Dessa forma, a própria classificação do IBGE reúne, sob o rótulo de afazeres domésticos, atividades bastante heterogêneas: preparar ou servir alimentos; cuidar de roupas e sapatos; fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou de outros equipamentos; limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim; organizar o domicílio, inclusive pagar contas, contratar serviços e orientar empregados; fazer compras ou pesquisar preços; cuidar dos animais domésticos; e outras tarefas. No bloco de cuidados, o IBGE também agrega atividades distintas, como auxiliar nos cuidados pessoais, nas atividades educacionais, brincar, monitorar ou fazer companhia, transportar ou acompanhar, além de outras tarefas de cuidado. Em consonância com a discussão teórica desenvolvida neste trabalho, isso é relevante porque o trabalho doméstico constitui cuidado indireto e, no contexto brasileiro, a separação rígida entre cuidado direto e afazeres domésticos é analiticamente limitada (Folbre, 2006; Razavi, 2007; Wood, 1997; Duffy, 2005). Assim, o resultado masculino deve ser interpretado sobretudo como efeito dos limites de mensuração: a PNAD Contínua agrega tarefas reputadas como femininas e masculinas e, nesta especificação, não permite identificar nem quanto tempo é despendido, nem qual combinação concreta de tarefas sustenta a inatividade observada.

Com os resultados do modelo 3, pode-se verificar que o coeficiente positivo

associado à chefia indica que, no interior do próprio grupo feminino, ocupar a posição de responsável pelo domicílio não se traduz automaticamente em maior inserção produtiva. Esse resultado também exige cautela conceitual uma vez que a condição de chefe/responsável não deve ser confundida com a figura daquele que necessariamente provê a renda principal ou “paga as contas” da casa. Ao menos desde 1992, o IBGE registra essa posição como a da pessoa responsável pela unidade domiciliar ou assim considerada pelos seus membros, e a PNAD Contínua atual mantém a categoria de pessoa responsável pelo domicílio. Desse modo, parte das mulheres classificadas como chefes pode estar sendo reconhecida nessa posição por concentrar a administração cotidiana do lar, a organização das despesas, a condução das decisões domésticas e a coordenação do cuidado com filhos e demais dependentes, mesmo em arranjos nos quais a provisão monetária masculina permanece presente.

Nesse sentido, aqui relembremos que o marco teórico do Ipea (2016) ressalta que o modelo tradicional atribui inteiramente às mulheres a responsabilidade pela família e pela casa, cabendo aos homens o papel de provedor; Hirata e Kergoat (2007), por sua vez, mostram que a divisão sexual do trabalho continua organizada pelos princípios de separação e hierarquia. Nessa chave, a chefia feminina captada no Modelo 3 não deve ser interpretada como sinônimo automático de autonomia plena, mas como posição que pode coexistir com a permanência da responsabilização doméstica das mulheres em um padrão patriarcal de organização da vida familiar. Isso ajuda a compreender por que o cuidado segue fortemente associado à inatividade tanto entre cônjuges quanto entre chefes, ainda que com intensidade ligeiramente maior entre as primeiras. Em ambos os casos, o resultado central permanece o mesmo: não é a posição formal no domicílio, por si só, que explica a permanência feminina na condição de nem-nem inativa. O que emerge como eixo robusto é a variável de cuidado, cuja literatura de economia feminista interpreta como trabalho reprodutivo socialmente indispensável à reprodução da força de trabalho, embora desvalorizado e invisibilizado nas métricas econômicas convencionais (Picchio, 2001; Folbre, 2006; Benería, 2006).

Em contraste, entre mulheres, a inatividade não se organiza primariamente pelo rótulo domiciliar, mas pela especialização feminina no trabalho reprodutivo, razão

pela qual os efeitos marginais do cuidado permanecem substancialmente superiores entre mulheres, mesmo com a introdução das interações. Conforme argumenta Agarwal (1997), famílias constituem arenas de barganha nas quais normas de gênero e recursos econômicos condicionam a alocação do trabalho reprodutivo. A mesma ordem de gênero que naturaliza o cuidado como atribuição feminina também estrutura a participação masculina como dever de provisão, produzindo mecanismos distintos de seleção para fora da força de trabalho entre homens e mulheres, ainda que ambos apareçam, estatisticamente, sob o mesmo status de “inatividade”.

A probabilidade de estar na condição de nem-nem inativo ser maior devido a residir em área rural é um efeito que se mantém estável entre as especificações e não parece ser mero artefato de composição por sexo, escolaridade, renda ou posição no domicílio. Essa persistência sugere que morar distante dos centros urbanos opera como um marcador territorial de restrições estruturais.

Podemos interpretar essa questão como compatível a um regime de provisão em que a reprodução social permanece fortemente ancorada no espaço doméstico, em razão da baixa socialização do cuidado e da insuficiência de serviços públicos de apoio. Em termos territoriais, o mecanismo da delegação do cuidado e da divisão sexual do trabalho tende a ser ampliado em áreas rurais, onde a cobertura e a acessibilidade de equipamentos públicos (creches, serviços de cuidado, transporte e redes de apoio institucional) são mais restritas, tornando a conciliação entre responsabilidades familiares e trabalho remunerado mais difícil e mais dependente de estratégias domésticas.

A conciliação entre família e trabalho, quando tratada como problema “privado”, desloca os custos de ajuste para dentro dos domicílios, reforçando desigualdades de gênero e classe. Sorj (2007) mostra que, em contextos de provisão pública limitada, a compatibilização entre responsabilidades familiares e trabalho remunerado tende a ser resolvida por soluções privadas (frequentemente por meio de arranjos precários e altamente *genderizados*).

Assim, o efeito territorial encontrado não deve ser lido como uma diferença meramente geográfica, mas como expressão de um regime de cuidado mais centrado no ambiente familiar, no qual o Estado e o mercado têm menor capacidade de

absorver parte das demandas da reprodução social, nos termos do *care diamond* discutido por Razavi (2007).

Os resultados que apresentam maior renda domiciliar per capita e mais anos de estudo estarem associados a menor probabilidade de estar na condição de nem-nem inativo indicam que renda e escolaridade operam como condicionantes estruturais da inserção juvenil. Isso acontece, porque modulam o acesso a oportunidades no mercado de trabalho e a capacidade dos domicílios de lidar com as demandas de reprodução social sem deslocar integralmente a responsabilidade para dentro da família.

A renda é central porque define o grau de possibilidade de externalização/delegação das tarefas domésticas e de cuidado, ou, no limite, a possibilidade de comprar tempo (via trabalho doméstico remunerado) e reduzir a sobrecarga reprodutiva. Mais diretamente para o recorte de classe, observa-se que para mulheres pobres, com menor capacidade de externalizar tarefas de cuidado e afazeres domésticos, a conciliação entre trabalho doméstico e possíveis atividades profissionais tende a depender de serviços públicos. Porém, tais serviços são frequentemente insuficientes e não compatíveis com as necessidades das famílias, o que obriga a adoção de estratégias privadas (levar filhos ao trabalho; delegar a filhos mais velhos, sobretudo filhas; apoio de vizinhos/parentes) (IPEA, 2016).

Quanto aos níveis de escolaridade, entende-se que a educação aumenta a produtividade esperada e acesso a ocupações com melhor remuneração e maior estabilidade, reduzindo o risco de inatividade. Além disso, a educação costuma estar associada a maior capacidade de organizar a conciliação entre trabalho e afazeres do lar, enquanto a baixa escolaridade empurra para situações com menor poder de barganha, o que torna a conciliação mais frágil. A renda e escolaridade não atuam apenas como “controles” socioeconômicos, mas possuem poder de definir a capacidade de absorver o cuidado sem colapsar a inserção laboral, especialmente para jovens mulheres e para domicílios de menor renda.

Os resultados indicam que a idade está fortemente associada à probabilidade de estar na condição de nem-nem inativo, com evidência de não linearidade (idade e idade²). A relação não linear com a idade pode ser interpretada como evidência de

que a vulnerabilidade à inatividade não se distribui uniformemente dentro do grupo 15–29 anos, mas se altera conforme o momento em que educação, trabalho e responsabilidades reprodutivas se reordenam. Nesse sentido, a idade funciona como marcador de transições e de *timing* das restrições, enquanto o cuidado permanece como mecanismo substantivo que explica, por que essas transições tendem a produzir trajetórias assimétricas entre homens e mulheres. Em síntese, temos que a condição de nem-nem inativo é estruturada por um conjunto de restrições que se organizam de forma sistemática em torno da reprodução social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou analisar os determinantes da condição de jovens nem-nem inativos no Brasil, com foco nas jovens mulheres de 15 a 29 anos cuja permanência fora da escola e fora da força de trabalho se associa, de maneira recorrente, à realização de afazeres domésticos e tarefas de cuidado no interior dos domicílios. Mais especificamente, procuramos responder quais fatores se articulam à permanência dessas jovens na inatividade e de que modo o trabalho reprodutivo não remunerado condiciona suas possibilidades de inserção educacional e laboral. A hipótese que orientou a investigação foi a de que a sobrecarga reprodutiva constitui uma restrição efetiva à inserção produtiva feminina, contribuindo para a persistência de vulnerabilidades e para a reprodução de desigualdades ao longo do tempo.

Defendemos ao longo desta dissertação que a categoria estatística de “inatividade”, quando aplicada às jovens mulheres enquadradas como nem-nem, é insuficiente para descrever o fenômeno, pois tende a operar como um rótulo residual que obscurece o trabalho socialmente necessário realizado no interior dos lares. Ao deslocar o cuidado para fora das fronteiras convencionais do “trabalho”, isto é, ao restringir o trabalho ao que é mercantilizado, a mensuração corrente torna invisível uma dimensão central da reprodução social e, por consequência, naturaliza como ausência de atividade aquilo que, em muitos casos, corresponde a intensa carga de tarefas reprodutivas. Assim, a principal razão da permanência feminina na condição nem-nem inativa não pode ser lida como um “vazio” de atividade econômica, mas como expressão de um arranjo institucional em que o cuidado permanece socialmente

feminizado, pouco socializado pelo Estado e pelo mercado, e absorvido de forma desigual dentro das famílias.

A estratégia empírica adotada foi construída justamente para aproximar esse argumento teórico do plano observável. Utilizando microdados da PNAD Contínua no período de 2017 a 2024, estimamos modelos logit com três especificações complementares: um modelo base, com interação entre cuidado e sexo, um segundo modelo que introduz interações adicionais entre sexo e condição de chefia no domicílio, de modo a captar heterogeneidades e evitar que a família apareça apenas como controle aditivo indiferenciado, e por último, um modelo que analisa a subamostra somente entre mulheres às diferenciando entre chefes e cônjuges. Esse desenho permitiu investigar, com maior precisão, se a associação entre arranjos domiciliares e inatividade se manifesta de forma simétrica, o que seria incompatível com a literatura sobre normas de gênero, barganha intrafamiliar e divisão sexual do trabalho.

Os resultados centrais são consistentes e robustos: a realização de afazeres domésticos e tarefas de cuidado constitui, de forma recorrente, o principal fator associado ao aumento da probabilidade de permanência na condição nem-nem inativa. No modelo base, a participação em atividades de cuidado eleva de maneira substancial a probabilidade de estar fora da escola e fora da força de trabalho, e esse efeito permanece praticamente inalterado no modelo com interações familiares, indicando que não se trata de associação sensível a mudanças de especificação. Além disso, ao permitir que o efeito do cuidado varie por sexo, os modelos evidenciam de modo preciso aquilo que a discussão teórica antecipa: o cuidado impacta ambos os sexos, mas sua incidência é sistematicamente mais intensa entre as mulheres, refletindo a permanência da divisão sexual do trabalho como princípio organizador da alocação de tempo doméstico e das restrições à inserção produtiva feminina.

Os modelos também mostram que a inatividade juvenil se estrutura por condicionantes territoriais e socioeconômicos persistentes. A residência em área rural aparece associada a maior probabilidade de inatividade, mesmo após controle por escolaridade, renda, raça, região e marcadores familiares, sugerindo que a dimensão territorial opera como restrição estrutural, compatível com contextos de menor oferta

de serviços públicos, menor acessibilidade a oportunidades e maior centralidade do ambiente doméstico como espaço de provisão da reprodução social. A escolaridade e a renda domiciliar per capita, por sua vez, apresentam associação negativa com a probabilidade de inatividade, indicando que educação e renda não atuam apenas como “controles”, mas como capacidades materiais que modulam acesso a oportunidades e possibilidade de absorver demandas reprodutivas sem deslocar integralmente os custos para dentro do domicílio. Em conjunto, esses resultados reforçam que a condição nem-nem inativa se concentra onde a estrutura de oportunidades é mais restrita e onde a socialização do cuidado é mais frágil, ou seja, onde a reprodução social permanece mais “privatizada”.

Nesse sentido, os resultados indicam que a condição de nem-nem inativo entre jovens mulheres não podem ser compreendida como ausência de atividade econômica, mas como expressão da transferência do trabalho reprodutivo para a esfera doméstica. Permanecendo estatisticamente invisibilizado e socialmente feminizado.

Na segunda especificação, ao restringir a análise aos responsáveis pelo domicílio, buscou-se tornar a comparação entre homens e mulheres mais homogênea do ponto de vista da posição ocupada no arranjo domiciliar. Os resultados mostram que, mesmo nesse recorte, ainda há desigualdade de gênero que persiste e que a realização de afazeres domésticos e tarefas de cuidado segue ampliando a probabilidade de permanência na condição de nem-nem inativo. O resultado observado entre os homens, contudo, não deve ser interpretado como evidência de maior sobrecarga masculina de cuidado, mas à luz dos limites de mensuração da PNAD Contínua, que não distingue intensidade, frequência nem a composição qualitativa das tarefas realizadas. Desse modo, o que emerge de forma mais robusta não é a posição formal no domicílio, mas o cuidado como restrição substantiva à inserção educacional e laboral.

Na terceira especificação, por sua vez, a análise é feita no interior do próprio grupo feminino ao comparar mulheres cônjuges e mulheres responsáveis pelo domicílio. Nesse caso, os resultados indicam que ocupar a posição de responsável não se traduz automaticamente em maior inserção produtiva. Tal achado deve ser

interpretado com cautela, uma vez que a condição de responsável no domicílio não equivale necessariamente à posição de principal provedor econômico, podendo também refletir a concentração feminina na administração cotidiana da casa, na organização das despesas e na coordenação do cuidado. Assim, o resultado reforça que, entre mulheres, a permanência na condição de nem-nem inativa se explica menos pelo rótulo formal da posição domiciliar e mais pela persistência da divisão sexual do trabalho, que segue concentrando sobre elas a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo não remunerado.

Esta pesquisa contribuiu para a literatura em três sentidos principais. Primeiro, baseado nos estudos que atentam-se deslocar os jovens nem-nem para a distinção analiticamente crucial entre desocupação e inatividade, sustentando aqui que, no caso feminino, a inatividade pode ocultar trabalho reprodutivo não remunerado e, portanto, não deve ser interpretada como “ociosidade”. Segundo, ao articular a Economia Feminista, em especial a economia do cuidado e a crítica à neutralidade das instituições, a uma estratégia econométrica que explicita heterogeneidades por sexo e por arranjos familiares, evitando interpretações aditivas que pressupõem simetria onde a teoria indica desigualdade estrutural. Terceiro, ao evidenciar que a explicação da inatividade juvenil feminina não se esgota em variáveis de capital humano ou em flutuações do mercado de trabalho, pois envolve mecanismos institucionais de alocação desigual do cuidado, com forte componente territorial e de classe.

Do ponto de vista de implicações, os resultados sugerem que políticas voltadas a jovens nem-nem não podem ser desenhadas como se a não participação fosse uma condição uniforme. No caso das jovens mulheres, a redução da inatividade passa necessariamente pela socialização do cuidado: ampliação e capilarização de creches e serviços de cuidado, expansão de infraestrutura social em territórios com menor cobertura (especialmente áreas rurais), políticas de transporte e acesso, e iniciativas que reduzam a privatização dos custos reprodutivos dentro dos domicílios. Sem redistribuir o cuidado entre família, Estado, mercado e comunidade, políticas de “ativação” podem se limitar a responsabilizar individualmente jovens mulheres por um obstáculo que é estrutural.

E por último, cabe registrar limites e agendas de pesquisa em volta desse alvo

de análise. Como todo trabalho baseado em dados domiciliares e em modelos associativos, o exercício realizado não deve ser lido como inferência causal estrita, mas como identificação de padrões sistemáticos e robustos de desigualdade. Além disso, ainda que a PNAD Contínua permita captar a realização de afazeres domésticos e cuidado, ela não mede com a mesma granularidade a intensidade, a centralidade e a qualidade dessas responsabilidades, o que abre espaço para possíveis futuras investigações com pesquisas de uso do tempo no caso brasileiro e desenhos que permitam identificar com maior precisão os mecanismos de transição escola-trabalho sob o peso do cuidado. Ainda assim, os resultados aqui apresentados sustentam a tese central: no Brasil, a condição de nem-nem inativa entre jovens mulheres é, em grande medida, uma expressão do cuidado invisibilizado, e a compreensão do fenômeno exige que a reprodução social seja trazida do “lado de fora” para o centro da análise econômica.

REFERÊNCIAS

- AGARWAL, Bina. “Bargaining” and gender relations: within and beyond the household. *Feminist Economics*, v. 3, n. 1, p. 1–51, 1997.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; DEDECCA, Claudio Salvadori. *Notas sobre o mercado de trabalho na industrialização restringida*. Campinas: CESIT/IE-UNICAMP, 1992.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento*. 2003. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- BECKER, Gary S. *A treatise on the family*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- BECKER, Gary S. *Investment in human capital: A theoretical analysis*. *Journal of Political Economy*, v. 70, n. 5, p. 9-49, 1965.
- BENERÍA, Lourdes. Reproduction, production and the sexual division of labour. *Cambridge Journal of Economics*, v. 3, n. 3, p. 203–225, 1979.
- BERGMANN, Barbara R. Becker’s theory of the family: Preposterous conclusions. *Feminist Economics*, v. 1, n. 1, p. 141-150, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1080/714042221>.
- BLAU, Francine D. *Equal pay in the office*. Lexington, Mass.: Lexington Books, 1977.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. SIMÕES, Armando; SANTOS, Mariana Ferreira Peixoto dos; VAZ, Alexander Cambraia. *Os jovens que não estudam nem trabalham no Brasil: discussão conceitual, caracterização e evolução de 2001 a 2011*. Brasília: MDS, 2013. (Estudo Técnico, n. 03).
- BRITES, Jurema. Afeto, gênero e trabalho: as empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 91-109, jul./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000200005>.
- BROWNING, Martin; BOURGUIGNON, François; CHIAPPORI, Pierre-André; LECHENE, Valérie. Incomes and outcomes: a structural model of intrahousehold allocation. *Journal of Political Economy*, v. 102, n. 6, p. 1067-1096, 1994 [primeira versão de 1993]. DOI: <https://doi.org/10.1086/261964>.
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L.; ANDRADE, A. Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006.
- CARDOSO, Guilherme; HERMETO, Ana. Detalhando o perfil de atividade dos jovens

brasileiros que não estudam nem trabalham: o papel da busca por trabalho e dos afazeres domésticos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 38, p. e0164, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0164>.

CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? *Revista de Economía Crítica*, n. 1, p. 229-247, 2003.

CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TONS, Teresa. *El trabajo de cuidados: antecedentes históricos y debates actuales*. Madrid: Catarata, 2011.

CHIAPPORI, Pierre-André. Collective labor supply and welfare. *Journal of Political Economy*, v. 100, n. 3, p. 437-467, 1992. DOI: <http://dx.doi.org/10.1086/261825>

DALY, Mary; LEWIS, Jane. The concept of social care and the analysis of contemporary welfare states. *The British Journal of Sociology*, v. 51, n. 2, p. 281–298, 2000.

DONATH, Susan. The other economy: A suggestion for a distinctively feminist economics. *Feminist Economics*, v. 6, n. 1, p. 115-123, 2000. DOI:

DUFFY, Mignon. Reproducing labor inequalities: Challenges for feminists conceptualizing care at the intersections of gender, race, and class. *Gender & Society*, v. 19, n. 1, p. 66-82, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1177/0891243204269499>.

ELSON, Diane. Labor markets as gendered institutions: equality, efficiency and empowerment issues. *World Development*, v. 27, n. 3, p. 611–627, 1999.

ENGLAND, Paula. *Comparable worth: theories and evidence*. New York: Aldine de Gruyter, 1989.

ENGLAND, Paula. The separative self: Androcentric bias in neoclassical assumptions. In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (Org.). *Beyond economic man: feminist theory and economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993. p. 37-53.

ENGLAND, Paula. Who will care for the children? Gender and the structure of childcare provision in the United States. In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (Org.). *Beyond economic man: feminist theory and economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993. p. 133-154.

FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (Org.). *Beyond economic man: feminist theory and economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

FOLBRE, Nancy et al. The demand for care: A historical perspective on the development of U.S. child care policy. *Journal of Policy History*, v. 6, n. 2, p. 186-209, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0898030600004197>.

FOLBRE, Nancy. Measuring care: gender, empowerment, and the care economy. *Journal of Human Development*, v. 7, n. 2, p. 183-199, 2006. DOI:

<https://doi.org/10.1080/14649880600768512>.

FOLBRE, Nancy. *The invisible heart: economics and family values*. New York: New Press, 2001.

FORGET, Evelyn L. Margaret Gilpin Reid: a Manitoba home economist goes to Chicago. *Feminist Economics*, v. 2, n. 3, p. 1–16, 1996.

FREIRE, Denise Guichard; SABOIA, João. Determinantes para a condição nem-nem dos jovens brasileiros: uma análise desagregada de inativos e desocupados. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 3, p. 811-844, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2021v30n3art02>

GLENN, Evelyn Nakano. From servitude to service work: Historical continuities in the racial division of paid reproductive labor. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 18, n. 1, p. 1-43, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1086/494777>.

GREENE, William H. *Econometric analysis*. 8. ed. New York: Pearson, 2018.

GROSSBARD-SHECHTMAN, S. *The marriage motive: A price theory of marriage*. New York: Springer, 2011.

HIMMELWEIT, Susan. *Inside the household: from labour to care*. London: Macmillan, 2000.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>.

HOLMES, Craig; MURPHY, Emily; MAYHEW, Ken. What accounts for changes in the chances of being NEET in the UK? *Journal of Education and Work*, v. 34, n. 4, p. 389–413, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13639080.2021.1943330>.

HOOKS, Bell. Black women shaping feminist theory. In: NICHOLSON, Linda (Org.). *The second wave: a reader in feminist theory*. New York: Routledge, 1997. p. 467-482. [Publicado originalmente em 1984].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2024*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102144>. Acesso em: 9 ago. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

LUNDBERG, Shelly; POLLAK, Robert A. Separate spheres bargaining and the marriage market. *Journal of Political Economy*, v. 101, n. 6, p. 988-1010, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1086/261912>.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi; BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. *Transformações estruturais e emprego nos anos 90*. Campinas: CESIT/IE-UNICAMP, 1996.

MCCRATE, Elaine. An economic analysis of women's household work and childcare time. *Review of Radical Political Economics*, v. 19, n. 1, p. 35-50, 1987. DOI: <https://doi.org/10.1177/048661348701900103>.

MCELROY, Marjorie; HORNEY, Mary Jean. Nash-bargained household decisions: Toward a generalization of the theory of demand. *International Economic Review*, v. 22, n. 2, p. 333-349, 1981. DOI: <https://doi.org/10.2307/2526215>.

MENEZES FILHO, Naercio A.; CABANAS, Pedro Henrique Fonseca; KOMATSU, Bruno Kawaoka. A condição nem-nem entre os jovens é permanente? *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 2013. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1629>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MINCER, Jacob. *Investment in human capital and personal income distribution*. Journal of Political Economy, v. 70, n. S5, p. 9-49, 1962.

MORAES, L. R.; SILVA, T. R. Jovens nem-nem e suas vulnerabilidades: uma revisão sistemática da literatura. *Systematic Reviews*, v. 5, 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s13643-016-0394-2> . Acesso em: 15 jun. 2025.

MOTA, Denise Guichard Freire da. *Os jovens que nem trabalham nem estudam no Brasil: caracterização e transformações no período 2004/2015*. 2018. 280 f. Tese (Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: . Acesso em: 01 ago. 2025.

NELSON, Julie A. Economic men and economic women: Some implications of feminist economics. *Journal of Economic Perspectives*, v. 9, n. 2, p. 131-148, 1995 [primeira formulação em 1994]. DOI: <https://doi.org/10.1257/jep.9.2.131>.

NELSON, Julie A. Gender, metaphor, and the definition of economics. *Economics and Philosophy*, v. 8, n. 1, p. 103-125, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0266267100001252>.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; FONTOURA, Natália de Oliveira; PINHEIRO, Luana Simões. *Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: : http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=28728. Acesso em:

15 jun. 2025.

PHIPPS, Shelley; BURTON, Peter. Sharing within families: implications for the measurement of poverty among individuals in Canada. *Canadian Journal of Economics*, v. 28, n. 1, p. 177-204, 1995. DOI: <https://doi.org/10.2307/136029>.

PICCHIO, Antonella. Un enfoque macroeconómico 'ampliado' de las condiciones de vida. In: CARRASCO, Cristina et al. (Org.). *Las mujeres y el trabajo: rupturas, continuidades y saberes*. Barcelona: Icaria, 1999. p. 105-124.

POLLAK, Robert A. A transaction cost approach to families and households. *Journal of Economic Literature*, v. 23, n. 2, p. 581-608, 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2725025>.

RAZAVI, Shahra. *The political and social economy of care in a development context: conceptual issues, research questions and policy options*. Geneva: UNRISD, 2007. (UNRISD Programme Paper, n. 3).

ROBBINS, Lionel. *An essay on the nature and significance of economic science*. London: Macmillan, 1932.

RODRIGUEZ ENRÍQUEZ, Corina. *Economía del cuidado: una propuesta teórica y metodológica para la medición*. Montevideu: CEPAL, 2012.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, Corina. *Economía feminista y economía del cuidado: aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad*. Buenos Aires: CIEPP, 2015.

SANCHES, Marilane Teixeira. O trabalho de cuidado no Brasil: propostas para a sua mensuração. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 879-888, set./dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300019>.

SEIZ, Janet A. Bargaining models, feminism and institutionalism. *Journal of Economic Issues*, v. 25, n. 1, p. 145-167, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1080/00213624.1991.11505165>.

SEN, Amartya. Gender and cooperative conflicts. In: TINKER, Irene (Org.). *Persistent inequalities: women and world development*. New York: Oxford University Press, 1990. p. 123-149.

SILVA, M. A. S. et al. Jovens nem-nem no Brasil: desigualdades e vulnerabilidades. *Retratos da Escola*, 2021. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SOCIAL EXCLUSION UNIT. Bridging the Gap: New Opportunities for 16–18 year olds not in Education, Employment or Training. London: The Stationery Office, 1999.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danusa. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.

37, n. 132, p. 573-594, set./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300002>.

STROBER, Myra H. Rethinking economics through a feminist lens. *Feminist Economics*, v. 1, n. 1, p. 7-31, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1080/714042218>.

THOMSON, Emily. Do ends justify means? Feminist economics perspectives on the business case for gender equality in the UK labour market. *e-cadernos CES*, n. 5, 2009. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.291>.

VASCONCELOS, Andressa Mielke; RIBEIRO, Felipe Garcia; GRIEBELER, Marcelo de Carvalho; CARRARO, André. *Programa Bolsa Família e Geração "Nem-Nem": evidências para o Brasil*. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 233–257, abr./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20170012>

WARING, Marilyn. *If women counted: a new feminist economics*. New York: Harper & Row, 1988.

WOOD, Cynthia. The first world/third party criterion: a feminist critique of production boundaries in economics. *Feminist Economics*, v. 3, n. 3, p. 47–68, 1997.

WOOLLEY, Frances R. A Cournot–Nash model of family decision making. *Economic Journal*, v. 103, n. 420, p. 441-453, 1993. DOI: <https://doi.org/10.2307/2234537>.

WOOLLEY, Frances; MARSHALL, Judith. Measuring inequality within the household. *Review of Income and Wealth*, v. 40, n. 4, p. 415-431, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1475-4991.1994.tb00079.x>.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Tabela A1 - Estatísticas descritivas das variáveis do modelo 1, Brasil, 2017–2024.

Variável	2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Características demográficas																
Sexo = 1 se é feminino	0,49	0,49	0,49	0,50	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49
Idade (anos)	21,98	4,31	22,02	4,30	22,02	4,28	22,07	4,29	22,14	4,28	22,08	4,29	22,22	4,31	22,18	4,32
Raça = 1 se é branca (0,40	0,49	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48
Escolaridade, trabalho e inserção																
Anos de estudo	9,53	4,80	9,68	4,81	9,78	4,81	9,99	4,80	10,07	4,83	10,03	4,87	10,14	4,88	10,21	4,87
Condição de ocupação na semana de referência = 2 se é pessoa desocupada	0,21	0,41	0,21	0,41	0,21	0,40	0,24	0,42	0,23	0,42	0,15	0,36	1,07	0,34	0,11	0,32
Condições socioeconômicas																
Rendimento domiciliar per capita (R\$)	1235,91	1972,11	1327,885	2161,814	1396,114	2293,842	1376,13	2165,22	1390,294	2203,377	1728,419	2721,203	1901,086	2884,002	2077,908	2992,422
Características territoriais																

Condição familiar – Categoria 2 (cônjuge de sexo diferente)	0,17	0,37	0,17	0,37	0,16	0,36	0,15	0,36	0,14	0,35	0,15	0,36	0,16	0,36	0,15	0,36
Condição familiar – Categoria 3 (cônjuge do mesmo sexo)	0,63	0,48	0,63	0,48	0,63	0,48	0,66	0,47	0,65	0,47	0,61	0,48	0,58	0,49	0,59	0,49

Nota: Estatísticas descritivas ponderadas pelos pesos amostrais da PNAD Contínua.

APÊNDICE B

Tabela B1 - Estatísticas descritivas das variáveis do modelo 2, Brasil, 2017–2024.

Variável	2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Características demográficas																
Sexo = 1 se é feminino	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49	0,49
Idade (anos)	21,98	4,31	22,02	4,30	22,02	4,28	22,07	4,29	22,14	4,28	22,08	4,29	22,22	4,31	22,18	4,32
Raça = 1 se é branca	0,40	0,49	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48
Escolaridade, trabalho e inserção																
Anos de estudo	11,77	3,02	11,91	2,98	12,01	2,93	12,19	2,86	12,22	2,89	12,21	2,89	12,30	2,85	12,32	2,82
Condição de ocupação na semana de referência = 2 se é pessoa desocupada	0,21	0,41 4	0,21	0,41	0,21	0,40	0,24	0,42	0,23	0,42	0,15	0,36	0,13	0,34	1,11	0,32
Condições socioeconômicas																
Rendimento domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	11048,59 2	1498 ,246	1095,9 08	1491, 994	1140,4 48	1527, 07	1130,3 97	1424, 587	1183,0 54	1810, 182	1521,3 53	2355, 513	1655,2 91	2311,8 82	1823,8 41	2352, 82
Características territoriais																
Situação de domicílio = 2 se é rural	0,14	0,34	0,14	0,35	0,14	0,34	0,14	0,35	0,14	0,35	0,13	0,33	0,12	0,32	0,11	0,32

Região 1 - Norte (N) = ref.																
Região 2 - Nordeste (NE)	0,28	0,45	0,28	0,45	0,27	0,44	0,28	0,45	0,28	0,45	0,27	0,44	0,27	0,44	0,28	0,44
Região 3 - Sudeste (SE)	0,40	0,49	0,40	0,49	0,40	0,49	0,40	0,49	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48
Região 4 - Sul (S)	0,13	0,34	0,13	0,34	0,13	0,34	0,13	0,34	0,13	0,33	0,14	0,34	0,13	0,34	0,13	0,34
Região 5 - Centro-Oeste (CO)	0,07	0,26	0,07	0,26	0,08	0,27	0,08	0,27	0,08	0,27	0,08	0,27	0,08	0,27	0,08	0,27
Variáveis derivadas do recorte populacional																
Variáveis centrais da análise																
Realiza tarefas de cuidado (1 = se realiza tarefas de cuidado)	0,22	0,42	0,20	0,40	0,22	0,4	0,19	0,39	0,21	0,41	0,23	0,42	0,24	0,42	0,27	0,44
Nem-nem inativo (1 = se não estuda, não trabalha e está fora da força de trabalho)	0,15	0,35	0,15	0,35	0,14	0,35	0,17	0,38	0,15	0,36	0,14	0,49	0,35	0,35	0,14	0,35

Nota: Estatísticas descritivas ponderadas pelos pesos amostrais da PNAD Contínua.

APÊNDICE C

Tabela C1 - Estatísticas descritivas das variáveis do modelo 3, Brasil, 2017–2024.

Variável	2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Características demográficas																
Idade (anos)	21,98	4,31	22,02	4,30	22,02	4,28	22,07	4,29	22,14	4,28	22,08	4,29	22,22	4,31	22,18	4,32
Raça = 1 se é branca	0,40	0,49	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48
Escolaridade, trabalho e inserção																
Anos de estudo	11,77	3,02	11,91	2,98	12,01	2,93	12,19	2,86	12,22	2,89	12,21	2,89	12,30	2,85	12,32	2,82
Condição de ocupação na semana de referência = 2 se é pessoa desocupada	0,21	0,41	0,21	0,41	0,21	0,40	0,24	0,42	0,23	0,42	0,15	0,36	0,13	0,34	1,11	0,32
Condições socioeconômicas																
Rendimento domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	1048,592	1498,246	1095,908	1491,994	1140,448	1527,007	1130,397	1424,587	1183,054	1810,182	1521,353	2355,513	1655,291	2311,882	1823,841	2352,882
Características territoriais																
Situação de domicílio = 2 se é rural	0,14	0,34	0,14	0,35	0,14	0,34	0,14	0,35	0,14	0,35	0,13	0,33	0,12	0,32	0,11	0,32
Região 1 - Norte (N) = ref.																

Região 2 - Nordeste (NE)	0,28	0,45	0,28	0,45	0,27	0,44	0,28	0,45	0,28	0,45	0,27	0,44	0,27	0,44	0,28	0,44
Região 3 - Sudeste (SE)	0,40	0,49	0,40	0,49	0,40	0,49	0,40	0,49	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48	0,39	0,48
Região 4 - Sul (S)	0,13	0,34	0,13	0,34	0,13	0,34	0,13	0,34	0,13	0,33	0,14	0,34	0,13	0,34	0,13	0,34
Região 5 - Centro-Oeste (CO)	0,07	0,26	0,07	0,26	0,08	0,27	0,08	0,27	0,08	0,27	0,08	0,27	0,08	0,27	0,08	0,27
Variáveis derivadas do recorte populacional																
Variáveis centrais da análise																
Realiza tarefas de cuidado (1 = se realiza tarefas de cuidado)	0,22	0,42	0,20	0,40	0,22	0,41	0,19	0,39	0,21	0,41	0,23	0,42	0,24	0,42	0,27	0,44
Nem-nem inativo (1 = se não estuda, não trabalha e está fora da força de trabalho)	0,15	0,35	0,15	0,35	0,14	0,35	0,17	0,38	0,15	0,36	0,14	0,49	0,35	0,35	0,14	0,35
Mulher chefe do domicílio (1= se responsável pelo domicílio)	0,19	0,39	0,19	0,39	0,20	0,40	0,18	0,38	0,19	0,39	0,23	0,42	0,25	0,43	0,25	0,43

Nota: Estatísticas descritivas ponderadas pelos pesos amostrais da PNAD Contínua.